Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 14

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
Fim da escala 6x1: veja perguntas e respostas sobre o que Dino definiu e o que continua valendo 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Entidades empresariais reagem a projeto de ajuste fiscal do governo: "Fim do Mundo 2.0" - CAPITAL S/A 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Senado aprova texto-base de pacote fiscal com impacto de até R$ 56,1 bi em 2027 7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Congresso aprova adicional de R$ 152 bi 9

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
"Não é função da direção (da PF) investigar" 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Congresso aprova pacote que abre créditos no Orçamento 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Fachin ordenou relatório sobre todos os envolvidos no Master 13

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Secretária de Política Econômica vê desaceleração mais intensa e PIB crescendo abaixo de 2%, mas descarta cenário de recessão 15

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma de programas sociais pode erradicar a extrema pobreza no Brasil, sugere estudo 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Para os produtores, juro alto demanda gestão mais eficiente 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Projeção para Black Friday não entusiasma, diz CNC 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Inflação tem alívio, mas mantém pressão com câmbio e El Niño 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

AJUSTE MIRA NAS EMPRESAS - Mais da metade da alta em receita do pacote fiscal virá do setor produtivo: R$ 37,8 bi
. 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Conta de luz alivia, e IPCA sobe 0,14% em outubro 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Dimon vê inflação persistente nos EUA e relativiza mudança no Congresso 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
IPCA desacelera para 0,14% em outubro 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
IPCA desacelera e fica em 0,14% em outubro, abaixo de previsões 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
"MEDIDAS FISCAIS PODEM, EM 2027, CONTINGENCIAR AO MENOS R$ 13 BI" 32

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
Inflação na Argentina cresce 2,2% em outubro, na maior alta em 6 meses 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
BTG tem resultado recorde, com impulso de crédito e gestão 35

Fim da escala 6x1: veja perguntas e respostas sobre o que Dino definiu e o que continua valendo

BRASÍLIA - O ministro Flávio Dino , do Supremo Tribunal Federal (STF) , decidiu manter o início da transição do fim da escala 6x1 para 16 de dezembro, mas fez algumas mudanças sobre a forma de aplicação de alguns pontos da emenda constitucional promulgada pelo Congresso, atendendo a pleito de setores empresariais .

A liminar do ministro, que ainda precisa ser validada pelo plenário do Supremo, foi concedida no âmbito de duas ações movidas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) . Ambas questionavam a emenda constitucional e pediam mais tempo para implementar as mudanças.

Em sua decisão, apesar de manter o calendário da transição, Dino faz acenos ao empresariado, ao citar a necessidade de conciliar a mudança constitucional com segurança jurídica, uma das reivindicações das entidades.

O principal gesto foi a retirada das travas temporais semanal e mensal que existem na emenda constitucional sobre as folgas dos trabalhadores.

Confira, abaixo, o que está valendo e o que Dino modulou em sua liminar:

O ministro manteve o cronograma aprovado pelo Congresso. Com isso, a partir de 16 de dezembro, a jornada de trabalho semanal será reduzida de 44 para 42 horas e o trabalhador ganha direito a duas folgas semanais remuneradas.

A emenda constitucional promulgada em 16 de outubro pelo Congresso prevê que acordos e convenções coletivas poderão estabelecer regimes de compensação que assegurem, na média, dois dias de repouso por semana - oito ou nove dias de repouso por mês- e ao menos uma folga por semana, preferencialmente aos domingos.

Isso significa que o trabalhador não precisaria tirar as duas folgas em um intervalo de sete dias; tinha de tirar pelo menos uma. No período de um mês, contudo, ele teria de ter assegurado o descanso de dois dias na semana em média - ou seja, tirar as oito folgas (ou nove, a depender do mês) em 30 dias.

Em sua decisão, Dino, porém, retirou as travas semanal e mensal para a concessão das folgas remuneradas. A distribuição dos dias de repouso deverá ser definida por negociação coletiva. Além disso, o ministro não estabeleceu um novo prazo máximo para a concessão das folgas, embora tenha determinado que seja mantido o direito aos dois descansos semanais remunerados.

Não. A definição dos dias de descanso dependerá de acordo ou convenção coletiva. No entanto, a liminar de Dino diz que, excepcionalmente, durante os primeiros 90 dias de vigência da nova jornada e escala, o governo poderá editar regras que permitam a compensação das folgas nos casos em que empresas e sindicatos não conseguirem chegar a um acordo.

A portaria conjunta ficaria a cargo dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do Empreendedorismo e da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e do Trabalho e Emprego. Depois desse período, a compensação somente poderá ocorrer por negociação coletiva.

O ministro autorizou a distribuição das 42 horas semanais em cinco jornadas diárias de até 8h24, sem pagamento de horas extras pelos 24 minutos que ultrapassarem o limite diário de oito horas. A medida valerá durante a etapa intermediária, até 15 de dezembro de 2027, se não houver acordo ou convenção coletiva firmado até 15 de dezembro deste ano.

Segundo a decisão do ministro, cláusulas que contrariarem a nova jornada e as regras de descanso deixarão de ter efeitos em 16 de dezembro, mesmo que o acordo coletivo ainda esteja em vigor. O ministro, porém, deu 90 dias, a partir de 16 de dezembro, para que empresas e sindicatos possam renegociar contrapartidas previstas nesses acordos e convenções.

Se não houver um novo acordo, as demais regras continuam valendo até o prazo previsto originalmente.

As empresas também não poderão retirar, por conta própria, benefícios que já haviam sido negociados com os sindicatos.

A decisão do ministro reafirma o que está disposto na emenda constitucional, ou seja, que a redução da carga semanal e o aumento de dias de descanso não poderão provocar diminuição salarial, inclusive dos pisos das categorias.

A liminar também diz que a manutenção do salário de um trabalhador que teve a jornada reduzida não dá, por si só, direito à equiparação salarial a outros empregados contratados em condições remuneratórias diferentes. Permanecem ressalvadas as hipóteses de equiparação previstas em lei.

Em sua liminar, o ministro pediu ao Congresso que regulamente, em até 180 dias a partir desta quinta-feira, 12, regimes específicos para atividades econômicas que exigem escalas diferenciadas, como trabalhadores embarcados em plataformas de petróleo, de setores agrícolas submetidos a períodos de safra e de atividades de turismo e hotelaria.

Segundo Dino, essa regulamentação poderá adaptar a distribuição dos descansos a cada atividade, mas não poderá afetar o direito à redução de jornada e às duas folgas remuneradas.

No mesmo sentido, o ministro pediu que o Congresso estabeleça, também em até 180 dias, regras específicas para a adaptação de micro e pequenas empresas. Ele reconheceu que elas poderiam enfrentar dificuldade para reorganizar escalas, contratar funcionários e absorver custos.

O ministro afirmou que a regulamentação poderá prever tratamento diferenciado, mas não poderá reduzir ou eliminar os direitos dos trabalhadores à nova jornada e aos dois dias de folga remunerada. A decisão não suspende a aplicação da emenda para essas empresas enquanto o Congresso discute as regras.

O ministro estendeu aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência a possibilidade de ficar fora das regras gerais de duração e controle da jornada de trabalho.

A exceção, prevista na emenda constitucional, vale para profissionais com diploma de nível superior que recebem pelo menos 2,5 vezes o teto dos benefícios do **INSS** (R$ 21.188,88). A decisão, porém, não estende esse tratamento a todos os empregados públicos.

O ministro reduziu de um ano para 180 dias, a partir da publicação da emenda constitucional, o prazo máximo para a adaptação de contratos administrativos em vigor que envolvam emprego direto de mão de obra. Ele manteve a possibilidade de haver alterações contratuais para preservar o equilíbrio econômico-financeiro.

O prazo de 180 dias também será aplicado aos contratos decorrentes de licitações que já estavam em andamento na promulgação da emenda, mesmo que sejam assinados posteriormente. Nesses casos, o prazo começa a contar a partir da assinatura do contrato.

A liminar tem efeito imediato e vale para todos os empregadores e trabalhadores, mas ainda precisa ser submetida ao plenário do Supremo. Os demais ministros poderão confirmar ou modificar o entendimento de Dino. A decisão também não encerra definitivamente o julgamento das duas ações diretas de inconstitucionalidade apresentadas pela CNC e pela CNI.

Site: https://www.terra.com.br/economia/fim-da-escala-6x1-veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-que-dino-definiu-e-o-que-continua-valendo,5b44b6c80b1de351ddb3aebd60ee51479nd6210w.html

Entidades empresariais reagem a projeto de ajuste fiscal do governo: "Fim do Mundo 2.0" - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

A semana foi de grande tensão no setor produtivo, que vem reagindo de forma bastante preocupada com decisões do governo. Dessa vez, as críticas são direcionadas ao projeto de lei enviado ao Congresso para controle de gastos públicos. O PLP 299, chamado de PLP do Fim do Mundo, foi alvo de manifesto assinado por 119 entidades. "Ajuste fiscal não pode ser feito com o caixa do contribuinte. Cortar e melhorar a qualidade do gasto público é urgente. Crédito tributário não é receita do governo, e devolver ao contribuinte o que lhe pertence não é gasto: é cumprir a lei" destaca o manifesto de várias entidades empresariais de diversos setores da economia nacional. O dispositivo, alvo das divergências, autoriza o Poder Executivo a reduzir, por ato próprio, a compensação de **tributos** federais com créditos de outros **tributos** administrados pela **Receita Federal**.

lano Andrade - CNI

"E preciso ter responsabilidade com o nosso futuro", diz presidente da CNI

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, fez um apelo aos senadores para que considerem os impactos do Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/2026 sobre o setor produtivo e a economia brasileira. Ele considera "inadmissível" que o projeto retire R$ 3 de estímulo à economia a cada R$ 1 atribuído à redução de despesas. Ninguém tem dúvida de que o Brasil precisa de um ajuste fiscal estrutural. O mundo inteiro está estimulando suas economias para combater a grande competição internacional, principalmente dos produtos chineses, enquanto nós estamos mais uma vez estamos

errando. Em vez de atacarmos a fonte do problema, que é o equilíbrio fiscal e a racionalidade e a dinâmica dos gastos, vamos aumentar a carga tributária que já é elevadíssima" diz.

Proposta não atinge centro dos gastos

A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), que representa cerca de 400 mil empresas, também manifestou preocupação. "A Fenacon reconhece a importância do equilíbrio fiscal e a responsabilidade do Congresso Nacional na análise da proposta encaminhada pelo Poder Executivo. Contudo, o ajuste proposto pouco alcança as principais fontes de crescimento do gasto público e recorre, mais uma vez, ao aumento da tributação sobre o setor produtivo e a sociedade, fórmula que transfere para o setor produtivo os custos. A sociedade e as empresas não podem mais uma vez pagar a conta" afirmou.

Homenagem à trajetória no jornalismo da capital federal

O jornalista Jorge Eduardo Antunes recebeu o título de Cidadão Honorário de Brasília, em reconhecimento à sua contribuição para o jornalismo e a comunicação na capital federal. A homenagem foi proposta pela deputada distrital Paula Belmonte e aprovada pelos 24 parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). A solenidade reuniu familiares, amigos e profissionais que acompanharam diferentes momentos de sua trajetória. Nascido no Rio de Janeiro, Jorge chegou a Brasília em outubro de 1998. Desde então, construiu uma carreira marcada pela atuação em veículos de comunicação. Atualmente, exerce funções de direção nas Organizações Paulo Octávio e está à frente do GPS|Brasília.

Atendendo ao pedido da CNC, STF flexibiliza dias de folga na escala 5x2

Ministro Flávio Dino não mudou prazos estabelecidos por emenda constitucional, mas minimizou rigidez do texto com novas regras para os dois dias de descanso semanal e ampliou validade dos acordos entre cada setor. O pedido de mais prazo para a transição entre as escalas 6x1 e 5x2, feito pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), não foi atendido. Porém, a decisão foi considerada um avanço pela CNC pois trouxe novidades importantes e permitiu a flexibilização das folgas semanais.

Dino faz apelo por microempresas

O ministro do STF Flávio Dino negou, na sua decisão de ontem, suspender a regra da nova escala de trabalho de 5x2 para micro e pequenas empresas. Mas fez um apelo para que o Congresso edite normas específicas de apoio ao setor em até 180 dias. Dino manteve o cronograma da lei aprovada no Congresso que define início da transição para nova jornada de trabalho em 16 dezembro para todos os setores.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/13/all.pdf

Senado aprova texto-base de pacote fiscal com impacto de até R$ 56,1 bi em 2027

Entre as mudanças estão a manutenção da atual regra de correção dos repasses ao (FCDF)

Após um dia inteiro de negociações, o plenário do Senado aprovou por 45 a 31 votos nesta quinta-feira (12) o texto-base do projeto de lei complementar com medidas de ajuste fiscal para o quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A votação ocorreu após o relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM), acolher 25 emendas apresentadas por colegas para viabilizar a aprovação do texto. O impacto estimado sobre as contas públicas foi corrigido para um intervalo entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões em 2027. Há ainda pelo menos três destaques para serem analisados na terça-feira (17).

Entre as mudanças feitas pelo relator estão a manutenção da atual regra de correção dos repasses ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e a preservação dos benefícios fiscais para tecnologia, semicondutores e veículos destinados a pessoas com deficiência. Integrantes da equipe econômica avaliam que as alterações não comprometem o impacto fiscal esperado pelo governo, uma vez que o efeito deve ser da ordem de milhões de reais.

Apesar das críticas do mercado, foi mantida a autorização para excluir até R$ 10,5 bilhões em subvenções ao diesel da meta fiscal de 2026, medida que não teve apoio da Fazenda. Embora já esteja fora do limite de gastos, a despesa ainda conta para a meta. Uma ala do governo defende a exclusão para evitar maior contingenciamento, inclusive de emendas parlamentares - o que conta com apoio do Congresso.

Também houve atualização na estimativa para o impacto do ajuste. A primeira versão do relatório, apresentada na quarta-feira (11), previa impacto entre R$ 43 bilhões e R$ 54 bilhões. O novo parecer elevou a estimativa para R$ 45,1 bilhões a R$ 56,1 bilhões. A mudança foi uma correção, visto que a soma dos itens no relatório anterior já resultava nas cifras anunciadas no segundo.

A votação do projeto ocorreu em meio a protestos da oposição, que argumenta que a proposta não promove um ajuste fiscal efetivo, mas amplia a arrecadação e prejudica empresas, especialmente ao permitir restrições às compensações tributárias.

Entre os destaques ainda a serem analisados, há retiradas de dispositivos que limitam a compensação tributária, que diminuem os repasses da Lei Kandir - que versa sobre as transferências da União aos Estados - e sobre a proibição de essa lei constituir obrigações para a União em exercícios futuros.

Há também uma solicitação de votação em separado de uma emenda do senador Rogério Marinho (PL-RN) que reduz o limite de despesas de 2% para 0,6% para efeitos de contingenciamento, o que amplia a contenção do Orçamento, e suprime a exclusão da contabilização da meta de primário das despesas com o subsídio do diesel em 2026. Ele também propõe suprimir as alterações nos repasses da Lei Kandir e a retirada do artigo sobre a compensação previdenciária.

Para oposicionistas, o projeto busca dar condições ao governo para incluir novos gastos no Orçamento de 2027, inclusive as emendas de comissão, que não estão incluídas nos R$ 44,8 bilhões previstos para as emendas impositivas na proposta enviada pelo Executivo. Essa modalidade ficou de fora por não ser obrigatória. A legislação estabelece um limite para seu valor, mas não exige inclusão na peça orçamentária.

Em plenário, Marinho classificou a proposta como uma "pedalada" e espécie de "estelionato". "É dito à sociedade que está se fazendo um ajuste fiscal, e aqui não tem nenhum ajuste fiscal", afirmou.

A maior parcela do ajuste virá da combinação entre contenção de despesas e aumento de arrecadação. O governo estima economia de R$ 12,8 bilhões a R$ 18,3 bilhões com o contingenciamento voltado ao centro da meta fiscal e um ganho de arrecadação de igual magnitude com a restrição às compensações tributárias. Outros R$ 15 bilhões são esperados com redução de benefícios fiscais, além de R$ 4,5 bilhões com limitação de benefício tributário ao valor previsto para 2026, corrigido pela **inflação**.

Uma das principais concessões feitas por Braga durante as negociações foi a preservação do FCDF. O novo parecer estabelece expressamente que os repasses ao fundo continuarão corrigidos pela variação da receita corrente líquida da União, inclusive em 2027. Com isso, o fundo fica protegido das restrições previstas no projeto para o crescimento de determinadas despesas vinculadas à arrecadação

federal, mantendo sua atual regra de atualização dos recursos.

Na área tributária, o relator também ampliou as exceções à redução de incentivos fiscais. Foram preservados os benefícios relativos à política industrial para os setores de tecnologia da informação e comunicação e semicondutores, além dos incentivos federais para aquisição de veículos por pessoas com deficiência ou transtorno do espectro autista.

O relator também incluiu a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, regime associado à desoneração da folha de pagamentos, entre as exceções à redução de benefícios fiscais. Para a equipe econômica, o impacto das novas exceções não é significativo.

Outra mudança restringe o alcance dos mecanismos de contingenciamento. O texto passou a proteger expressamente despesas com o serviço da dívida, inovação e desenvolvimento científico e tecnológico custeados por fundo específico, além dos gastos ressalvados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Braga também estabeleceu que o corte ou cancelamento definitivo dessas dotações dependerá de autorização na lei orçamentária.

O senador também limitou o alcance da autorização dada ao governo para restringir compensações tributárias. A nova redação estabelece que a medida poderá atingir o uso de créditos relativos a outros **tributos** administrados pela **Receita Federal** para quitar débitos tributários. Segundo integrantes da equipe econômica, a mudança apenas restabeleceu a redação original da proposta, após equívoco no relatório anterior.

O relator modificou ainda as regras de destinação da economia que poderá ser obtida com a regulamentação dos chamados supersalários do funcionalismo. Na versão anterior, o projeto autorizava a transferência de parte dos limites de despesas de outros Poderes e órgãos autônomos para o Executivo, a fim de financiar investimentos e atividades de segurança pública e atendimento socioeducativo. O novo texto proíbe esse remanejamento e determina que a economia obtida nessas instituições permaneça em suas estruturas. O texto proíbe a transferência desses recursos e a redução dos limites de despesas dos Poderes e órgãos autônomos, inclusive com repercussão sobre os exercícios seguintes.

O projeto mantém a determinação de que o Congresso aprecie, em até 120 dias após a publicação da lei, proposta para regulamentar dispositivo constitucional relacionado às verbas remuneratórias do funcionalismo.

Braga também incluiu os investimentos indicados pelas bancadas estaduais entre as despesas que poderão receber recursos adicionais no ano seguinte, caso o governo obtenha um resultado fiscal acima do limite inferior da meta. A medida está condicionada à adoção das ações de contenção de gastos previstas no projeto.

Outra alteração foi a retirada do dispositivo que autorizava o Executivo a desvincular até 40% do superávit financeiro de determinadas fontes de recursos com destinação específica. Para fontes da equipe econômica, a exclusão não altera o esforço de contenção de despesas, já que a medida tinha como objetivo ampliar a flexibilidade orçamentária, evitando que o governo precisasse se endividar para financiar gastos.

O novo substitutivo também retirou a exigência de que a LDO apresentasse um plano para aproximar gradualmente o crescimento das despesas obrigatórias ao limite de expansão dos gastos previsto no arcabouço fiscal. A regra previa medidas normativas e de gestão, inclusive de combate a fraudes e irregularidades, para conter o avanço dessas despesas ao longo de cinco exercícios.

Foram preservados os principais instrumentos do ajuste, entre eles a possibilidade de limitar a 2% o crescimento real das despesas federais, abaixo do teto de 2,5% previsto no arcabouço fiscal. A restrição poderá ser aplicada a partir de 2027, nos exercícios em que forem acionadas as medidas de contenção previstas no projeto, sem alterar permanentemente a base de cálculo dos gastos.

O novo relatório também mantém a autorização para que o governo contingencie despesas mesmo quando a projeção de resultado primário estiver dentro da banda inferior de tolerância da meta fiscal.

Congresso aprova adicional de R$ 152 bi

O Congresso Nacional aprovou, ontem, 24 Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLNs) com abertura de crédito suplementar ou adicional no total de R$ 152,4 bilhões para diversos ministérios da Esplanada, agências reguladoras, tribunais da Justiça e empresas públicas. Os textos agora seguem para sanção presidencial.

O maior valor foi o do PLN 23 de 2026, que destinou R$ 149,4 bilhões em favor dos Ministérios da Previdência e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, com objetivo de garantir recursos de programas como Bolsa Família e do Benefícios de Prestação Continuada (BPC).

O vice-líder do governo na Câmara, deputado Rogério Corrêa (PT-MG), defendeu a aprovação dos 24 PLNs argumentando que os textos permitem manter os programas e políticas do país.

Entre as medidas aprovadas, está ainda a abertura de crédito de R$ 13 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia; R$ 34 milhões para o Ministério da Fazenda, assim como R$ 543 milhões para os Ministérios da Justiça e Segurança Pública e de Minas e Energia.

Outro PLN aprovado abriu créditos de R$ 56 milhões em favor da Justiça Federal, do Trabalho e do

Ministério Público da União. Outro PLN destinou R$ 130 milhões ao Ministério da Educação, e da Justiça e Segurança Pública e dos Transportes.

Críticas da oposição

A abertura dos créditos foi criticada, principalmente, por parlamentares do Novo, que alegaram que as mudanças no orçamento e os valores aprovados seriam "absurdos".

"Está sendo feita a discussão em bloco de 25 projetos importantes de valores astronômicos. A aprovação que foi feita com um orçamento aprovado que não vale nada porque

pode ser aprovado e num momento posterior, e muito posterior, um valor suplementar", reclamou um dos parlamentares.

O vice-líder do bloco do Centrão na Câmara, deputado HIldo Rocha (MDB-MA), rebateu as críticas da oposição, lembrando que o orçamento é dinâmico e pode ser alterado ao longo do ano.

Entre os PLNs aprovados, teve ainda o que destinou R$ 34,9 milhões ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); e outro com R$ 488,1 milhões para reforçar o orçamento dos encargos financeiros da União (Da Agência Brasil).

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-1311202607%20-%20468dc9f78202c0c8b36a50706d6ccfed.pdf?t=1794566179548

"Não é função da direção (da PF) investigar"

FAUSTO MACEDO FELIPE DE PAULA

Presidente da ADPF vê "clara intromissão" de Andrei Rodrigues em investigações sensíveis e polêmicas Delegado da Polícia Federal desde 2007, é formado em Direito e especialista em Ciências Penais; preside a ADPF em dezembro de 2025

Da página A1 Em meio à crise que opõe grupos internos da Polícia Federal, o presidente da Associação dos Delegados da PF, Edvandir Felix de Paiva, aponta, em entrevista ao Estadão, "clara intromissão" do diretor-geral da corporação, delegado Andrei Rodrigues, em investigações sensíveis e polêmicas, como a do caso Master e a do rombo do **INSS**. Para ele, "não cabe ao diretor-geral ser protagonista de investigações, não cabe a ele mandar refazer documentos de Polícia Judiciária, não cabe a ele fazer juízo sobre inquéritos policiais". O Estadão pediu manifestação de Andrei, mas ele não se manifestou.

Há 19 anos na carreira de delegado federal, Edvandir Paiva preside a mais influente entidade de sua classe desde 2025. Ele comentou a informação do afastamento dos delegados Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes, da Coordenação-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro, área vital da PF que espreita políticos e outros alvos de investigações sob o guarda-chuva do Supremo Tribunal Federal. O caso Master estava sob a tutela dos delegados. A seguir, os principais trechos da entrevista:

O diretor-geral da PF se desfiliou da entidade que o sr. preside. Delegados próximos a Andrei Rodrigues alegam que ele ficou irritado com a suposta influência de um grupo radical de direita no comando da associação. Isso existe? A Associação dos Delegados de Polícia Federal não tem qualquer ligação com campos ideológicos, políticos ou partidários. É uma entidade com 50 anos que defende a neutralidade política da PF, e por conseguinte trilha o mesmo caminho. Dialoga com os mais diversos campos políticos no exercício de suas atividades, mas não adere a nenhum deles. (...) Tanto o diretor quanto "delegados próximos a ele" sabem que essa afirmação não faz o menor sentido. Essa afirmação foi feita apenas como estratégia de descredibilizar a defesa da ADPF, que já é histórica, da liberdade dos delegados em fazer investigações.

Em nota pública, sua entidade repudiou o afastamento de dois delegados do caso Master um dia apenas após a conclusão de relatórios que identificam menções a ministros do STF. O sr. vê interferência nessa e em outras investigações como a fraude bilionária do **INSS** que cita Lulinha? Vemos a Direção-Geral da Polícia Federal sendo citada pela imprensa sobre investigações em andamento. Não é função da direção investigar. Ela representa a instituição, administra o órgão e busca os meios para que a instituição possa cumprir suas atribuições. Investigar é tarefa dos delegados presidentes dos inquéritos e de suas equipes. No caso concreto que obrigou a ADPF a se manifestar por nota, entendemos que houve uma violação das prerrogativas dos delegados que atuam no inquérito do caso Master, por conta do diretor ter mandado refazer os relatórios de Polícia Judiciária, extrapolando suas atribuições. Além disso, retaliou os delegados, afastando-os das chefias. O próprio diretor já havia autorizado a continuidade. A ADPF não discute a autonomia do diretor em escolher os chefes da PF, mas na medida em que a cronologia dos fatos demonstra que a dispensa decorreu da contrariedade no processo de elaboração do relatório apresentado, resta sim caracterizada uma retaliação.

A direção da PF nega que tenha havido remoção compulsória dos delegados. Mesmo que não haja remoção compulsória, a retaliação significa censura ao trabalho dos colegas e o refazimento dos relatórios, uma intromissão na prerrogativa profissional deles.

A medida foi adotada por divergências de entendimento jurídico entre os responsáveis pelas investigações e a direção da PF?

Ao que transparece pela cronologia dos fatos se deu por discordâncias entre o relatório apresentado e os entendimentos da diretoria. Não fosse assim, o diretor não teria determinado o refazimento do trabalho por outros policiais. Ocorre que o diretor não tem funções de controle das investigações. Cabe a ele entregar a ordem judicial aos delegados e, quando receber o relatório, encaminhar ao Judiciário. A função de decidir acerca da interpretação da decisão judicial dada pelos delegados investigadores é do presidente do STF.

O sr. vê desrespeito à autonomia dos delegados para os quais foram distribuídos feitos polêmicos?

Há um claro e grave episódio de intromissão na autonomia dos delegados que trabalham na investigação.

Há intromissão da direção-geral da PF no conteúdo dessas investigações? No caso concreto, o diretor extrapolou suas atribuições e, como ainda imprimiu aos colegas um afastamento das chefias, ficou caracterizado um claro liame entre o descontentamento com o relatório, refazimento dos trabalhos e o afastamento dos colegas das chefias.

Com que intenção?

Não sei. Há alegações por parte da PF que houve quebra de confiança. Entretanto, é um sentimento que deve ser recíproco.

A autonomia investigativa e a independência dos delegados estão sob risco?

Se casos como este se tornarem precedentes, não será um risco, mas uma certeza de que a liberdade dos delegados em conduzir suas investigações com autonomia terá sido extinta.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Congresso aprova pacote que abre créditos no Orçamento

O Congresso aprovou, na quinta-feira (12), em sessão conjunta, um pacote de propostas que abre espaço no Orçamento de 2026 para despesas de segurança pública, financiamento de projetos no Nordeste, compromissos internacionais e contratações e reajustes de servidores. As matérias precisavam ser analisadas antes da votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2027.

Entre os projetos aprovados está o que permite a emissão de títulos da dívida pública para obter recursos para o Bolsa Família e o Benefício de Prestação

Continuada (BPC).

Esse texto abre crédito suplementar de R$ 149,4 bilhões para os ministérios da **Previdência Social** e do Desenvolvimento e Assistência Social. A proposta permite que o Tesouro Nacional substitua fontes de financiamento de despesas já previstas no Orçamento de 2026 por recursos provenientes da emissão de títulos públicos, mediante autorização do Congresso, conforme exigido pela chamada Regra de Ouro.

A medida não cria novas despesas, mas permite financiar gastos já previstos no Orçamento. O projeto também prevê que eventuais recursos não utilizados em 2026 poderão ser incorporados aos Orçamentos dos anos seguintes, observadas as condições estabelecidas no texto.

Além disso, os parlamentares aprovaram um projeto de lei que abre crédito suplementar de R$ 290 milhões para a Eletronuclear, destinado à antecipação de despesas com contratos de fornecimento de equipamentos e serviços de engenharia para a usina nuclear de Angra 3. O valor suplementado tem como fonte de financiamento recursos próprios da empresa.

A proposta permite antecipar para 2026 gastos com suprimentos importados, serviços de engenharia e parte dos equipamentos nacionais. Segundo justificativa apresentada pelo governo, a medida busca reduzir o risco de disputas judiciais que poderiam comprometer o cronograma de Angra 3 e elevar os custos do projeto.

Os recursos não geram impacto sobre o resultado primário das empresas estatais federais, uma vez que a companhia integra o grupo ENBPar, excluído desse cálculo pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026.

As obras de Angra 3 estão paralisadas, enquanto o governo avalia a viabilidade econômica e financeira da conclusão do empreendimento.

Também foi aprovada uma proposta que abre crédito suplementar de R$ 543,6 milhões para reforçar despesas nas áreas de segurança pública, fiscalização nuclear e financiamento de projetos do setor produtivo no Nordeste.

A maior parcela, de R$ 416,5 milhões, será destinada ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), para financiar projetos do setor produtivo na região. Outros R$ 109,9 milhões irão para a Polícia Federal (PF), para cobrir despesas relacionadas à segurança dos candidatos à Presidência nas eleições de outubro e à emissão de passaportes e documentos de viagem eletrônicos.

O projeto prevê ainda R$ 9,8 milhões para ações de perícia criminal, investigação e inteligência policial, R$ 4,8 milhões para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, em cumprimento a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), e R$ 2,5 milhões para a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear.

Também foi aprovado um crédito suplementar de R$ 488,1 milhões para o pagamento de parcelas da participação do Brasil no Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e no BID Invest, braço do Banco Interamericano de Desenvolvimento voltado ao financiamento do setor privado.

Segundo o Executivo, os recursos serão usados para quitar compromissos de integralização de cotas das duas instituições referentes a 2026. A operação corresponde ao pagamento das parcelas da participação financeira assumida pelo país nos organismos internacionais.

Fachin ordenou relatório sobre todos os envolvidos no Master

Já no início de outubro, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, determinou ao diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, que implicações de ministros no caso Master abordassem todos os integrantes da Corte, e não só Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques. A ordem, tal como dada por Fachin, não impediu que os relatórios apresentem contexto e apontem possíveis indícios de crimes.

A PF está refazendo os relatórios após Andrei considerar inadequados os documentos produzidos na semana passada sob a coordenação dos delegados Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes, que focavam só em Moraes, Toffoli e Nunes Marques. Os delegados foram afastados de suas funções por conta do episódio, que desencadeou uma crise interna na PF.

Apesar de Fachin ter determinado a produção de peças descritivas, o ministro indicou que os relatórios da PF não estão restritos a eventuais menções a ministros, mas podem apresentar também contexto e apontar eventuais indícios de crimes cometidos por integrantes do STF.

Com isso, as ordens do ministro contrariam em parte tanto o discurso do grupo de Andrei - que considera que os relatórios deveriam ser meramente descritivos de fatos e sem imputações de crimes - quanto os delegados que produziram os documentos focados só em Toffoli, Nunes Marques e Moraes, já que a determinação era para que fossem colhidas informações sobre todos os ministros possivelmente implicados.

"Sem prejuízo de procedimentos em andamento, cumpre-me esclarecer que apenas chegue a esta presidência relatório, expediente ou conjunto de informações dessa natureza em que tenham sido apresentados integralmente, sem exceção de pessoa, os fatos correlatos", diz trecho do documento, que data de 2 de outubro.

Em outra passagem, Fachin reitera que o objetivo do requerimento "é assegurar que todos os fatos sejam devidamente esclarecidos, sem qualquer exceção de fato ou de pessoa, com observância rigorosa do devido processo legal, da competência dos órgãos constitucionalmente incumbidos da investigação e da persecução penal e das garantias próprias da jurisdição".

Quanto à possibilidade de os relatórios apresentarem contexto e indicação de possíveis crimes, Fachin entende que o caso é regido pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). Segundo

a norma, deve ser enviado ao Tribunal competente "indícios da prática de crime por parte do magistrado" quando elementos desse tipo surgirem durante investigações.

"Almeja-se que a apuração se desenvolva com estrita observância das normas constitucionais e processuais aplicáveis, preservando-se, de um lado, a autonomia das instituições responsáveis pela investigação e pela persecução penal e, de outro, as competências constitucionalmente atribuídas ao Supremo Tribunal Federal", diz o ministro no ofício de outubro.

Os delegados responsáveis pelos relatórios foram afastados de suas funções na CoordenaçãoGeral de Repressão à Corrupção,

Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro. O estopim foi o mal-estar da chefia da PF com a produção de relatórios com menções a só três ministros. Há também a avaliação de que o nível de detalhamento teria extrapolado as determinações de Fachin.

Internamente na PF, a recondução de Daniel Cola e Wedson Cajé aos cargos de chefia estava garantida dentro da reformulação que já vinha sendo planejada na estrutura da corporação, mas isso não aconteceu após os relatórios.

Em meio à crise, Fachin tomou outra medida que também envolve delegados: enviou ofício a Nunes Marques e Luiz Fux cobrando que eles se manifestem sobre uma proposta de Gilmar Mendes para vetar investigadores da PF nos gabinetes de ministros do Supremo.

O pedido foi encaminhado aos dois ministros porque eles fazem parte da comissão interna responsável por analisar mudanças no regimento da Corte. O único membro do grupo que respondeu à proposta, dando aval a ela, foi o ministro Alexandre de Moraes.

"À vista da perspectiva do regular prosseguimento da matéria e sua submissão à apreciação colegiada, renovo gentilmente a aludida proposição à consideração de Vossa Excelência para, querendo, opinar previamente, nos termos regimentais", escreveu Fachin.

Não há um prazo para que os ministros se manifestem sobre a medida. De acordo com o regimento interno da Corte, os membros da comissão devem enviar suas opiniões por escrito antes de a proposta ser votada em uma sessão administrativa. Para ser aprovada, ela deve obter maioria absoluta do plenário.

O objetivo da proposta é proibir a atuação de servidores da PF e de militares nos gabinetes dos ministros em atividades de assessoramento jurídico ou participando da instrução de inquéritos. A única exceção seria para atividades de segurança.

Caso a proposta seja aprovada, o texto determina que o presidente do STF providencie o retorno imediato aos órgãos de origem daqueles agentes que estiverem cedidos aos gabinetes. Hoje, quatro delegados atuam no Supremo. O gabinete de Mendonça conta com dois deles, que auxiliam em apurações sobre o Banco Master e as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O gabinete de Moraes também conta com um e um último atua na área de segurança.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou em junho, na esteira das investigações do Master e do **INSS**, ofícios a órgãos da administração pública determinando o retorno de agentes e delegados da PF que estavam cedidos. O Supremo ficou de fora. O argumento foi que retirar delegados da Corte poderia prejudicar as apurações.

Esses delegados cedidos atuam como assessores de ministros, auxiliando-os na análise técnica de procedimentos em inquéritos e pedidos encaminhados pela PF, mas não como investigadores.

A proposta foi enviada pelo presidente do STF por meio de uma sugestão de Gilmar, feita em setembro. Naquela ocasião, havia uma crise entre Mendonça e a direção da PF em decorrência da elaboração do relatório que revelou mensagens do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, a um número atribuído a Moraes.

Secretária de Política Econômica vê desaceleração mais intensa e PIB crescendo abaixo de 2%, mas descarta cenário de recessão

A secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Débora Freire, avalia que a desaceleração da economia brasileira está mais intensa do que se antecipava e deve levar o Produto Interno Bruto (**PIB**) para taxas de crescimento inferiores a 2% nesse e no próximo ano. Apesar disso, ela descarta os cenários mais pessimistas que começam a surgir no mercado financeiro e um quadro de recessão no país.

A pasta está finalizando as novas projeções para a atividade econômica que servirão de base para o último relatório bimestral de receitas e despesas deste ano. Hoje, a estimativa da Fazenda é de 2% de alta para o **PIB** de 2026 e de 2,3% para 2027. Segundo Freire, a revisão para baixo será mais pronunciada para 2027, ainda que menos pessimista do que uma parcela do mercado.

- Eu discordo do cenário catastrófico que está sendo pintado. O cenário é desafiador porque de fato estamos em um processo de desaceleração. Será uma revisão importante, por conta do cenário observado e das novas leituras que temos em mãos - disse a secretária ao GLOBO.

Para ela, o principal motivo para o cenário de maior fragilidade do que a pasta antecipava se deve ao longo período de taxa de juros elevadas.

- A gente ficou por muito tempo com uma política monetária extremamente restritiva. Teve uma escalada de juros muito rápida e ficamos por muito tempo com uma política monetária muito contracionista. Eu não estou discutindo qualitativamente isso, mas esse fator, principalmente por meio de seus impactos no endividamento das famílias e no aperto financeiro das empresas, gerando menos consumo, menos crédito e menos investimento, gerou nossa desaceleração - salientou a economista.

Nesse quadro, Freire avalia que há risco de o terceiro trimestre deste ano ter tido até um **PIB** negativo, ainda que a expectativa seja de uma retomada para o terreno positivo no quarto trimestre. Segundo ela, fatores como o aumento do Bolsa Família, o fim das bets (que redirecionou recursos para atividades que afetam mais o **PIB**) e o bom desempenho do mercado de trabalho são fatores que empurram a economia nesse fim de ano e também no início do próximo.

Ela ainda considera que os cortes de juros realizados nesse ano, ainda que modestos, também dão alguma ajuda para evitar uma desaceleração ainda mais intensa. A secretária disse acreditar que o Banco Central deve voltar a cortar juros em algum momento, o que ajudará a melhorar a atividade.

Nesse sentido, Freire disse acreditar que o governo vai conseguir ajudar a melhorar a confiança dos investidores com suas medidas fiscais, abrindo espaço para a autoridade monetária retomar os cortes da taxa Selic, ainda que ela atribua ao cenário internacional e aos choques de oferta, como de petróleo, as maiores razões para os juros elevados no país.

- A gente entende que essa parada (nos cortes de juros) obviamente é discricionariedade do Banco Central, tomada por conta de um ambiente de incerteza, que gerou uma desancoragem de expectativas. O nosso cenário é que o governo vai trabalhar para reancorar as expectativas e ajudar o BC a voltar a reduzir juros. Para 2027, a gente acredita que haverá espaço para flexibilizar a política monetária, dado esse comprometimento do governo em ajudar a coordenar as expectativas - afirmou.

A secretária também vê um cenário de **inflação** mais pressionado para o próximo ano, embora ainda abaixo do limite da meta, que é 4,5%. Segundo ela, o IPCA de 2027 terá pressões do El Niño, da **reforma tributária**, da recente desvalorização cambial e do petróleo. Sobre o impacto do fim da escala de trabalho 6x1, Freire disse que não tem ainda uma conta de impacto nos preços.

Em relação à política fiscal, Débora Freire disse que o impulso a ser dado para a economia será negativo. - Se você faz um esforço fiscal relevante, como o que

está posto para cumprir a meta, você tem impulso negativo (para a atividade econômica) - disse.

A secretária disse não concordar que o fiscal contribui para o juro ficar mais alto nesse ano, ainda que reconheça que uma moderação nas contas públicas possa ajudar a melhorar as expectativas e ajudar o BC a voltar a cortar a taxa Selic. - Os juros mais altos desse ano são basicamente associados a um cenário internacional muito adverso - afirmou, reforçando que medidas como os subsídios e subvenções para os combustíveis ajudaram a tirar pressão inflacionária.

Site: https://oglobo.globo.com/economia/fabio-graner/post/2026/11/secretaria-de-politica-economica-ve-desaceleracao-mais-intensa-e-pib-crescendo-abaixo-de-2percent-mas-descarta-cenario-de-recessao.ghtml

Reforma de programas sociais pode erradicar a extrema pobreza no Brasil, sugere estudo

Mesmo com o desemprego na mínima histórica e a redução da miséria ao menor patamar da série histórica do IBGE, o Brasil ainda tem 3,5% da população vivendo nesta condição e outros 23,1% na pobreza.

A dificuldade de zerar esse contingente e, ao mesmo tempo, proteger os mais vulneráveis contra oscilações de renda - sem distorções de focalização ou desincentivos ao trabalho formal - levaram um grupo de economistas a propor uma reformulação ampla nos benefícios.

Um estudo do Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP) sugere reunir oito programas sociais - entre eles Bolsa Família, BPC, abono salarial, Pé-de-Meia, seguro-defeso, Gás do Povo, salário-família e auxílio-inclusão -, em um sistema único baseado em três pilares: a criação de um Benefício de Renda Mínima (BRM), uma poupança para trabalhadores vulneráveis (Poupança Seguro Família) e um programa de incentivo à permanência dos jovens na escola, batizado de Mais Educação.

O modelo, chamado de Programa de Proteção e Mobilidade Social (Promob), foi elaborado pelos economistas Vinícius Botelho, ex-secretário do Ministério do Desenvolvimento Social; Fernando Veloso, diretor de pesquisa do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social; e Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper.

O estudo parte do diagnóstico de que o país gasta bilhões por ano - em 2025, foram R$ 331 bilhões, o equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) - em políticas que operam de forma fragmentada, com diferentes critérios de elegibilidade, reajuste e conceitos de família e de renda.

Na visão dos pesquisadores, essa falta de coordenação gera falhas na focalização e desincentivo o trabalho formal. Como as regras não conversam entre si, um beneficiário pode, por exemplo, evitar um emprego com carteira assinada por receio de ultrapassar o teto de renda e perder auxílios.

Hoje, no Bolsa Família, uma família entra na chamada regra de proteção quando supera o limite de renda do programa. O benefício cai pela metade e, após 12 meses, é cortado por completo.

Para resolver essa distorção, os autores sugerem reduzir os benefícios de forma gradual conforme a renda do trabalho sobe. Assim, o sistema recompensaria melhora seus ganhos, enquanto uma poupança funcionaria como colchão caso a renda volte a cair.

- No sistema atual, você cria uma saída da pobreza que é lenta, mas está muito longe de ser suave. Uma família que estava um pouquinho abaixo do limite e tem um aumento de renda pode ser extremamente punida pelo sistema - explica Vinícius Botelho.

Para financiar a reforma, os economistas propõem utilizar os mesmos R$ 331 bilhões destinados aos oito programas em 2025. Desse total, R$ 322,3 bilhões seriam para o pagamento de benefícios e os custos de transição. Outros R$ 8,7 bilhões seriam reservados ao Mais Educação e à gestão.

Nas simulações feitas com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2025, a reorganização dos programas permitiria eliminar a extrema pobreza, considerando a linha de US$ 3 por dia utilizada pelos autores.

O modelo também reduziria em 24% o contingente de pessoas na faixa de pobreza, delimitada pela linha de US$ 4,20 diários, além de diminuir a desigualdade medida pelo índice de Gini em 0,1 ponto percentual.

Ao todo, 32,5 milhões de famílias seriam alcançadas. O BRM atenderia 28,68 milhões, com benefício médio mensal de R$ 810,45. Já a poupança chegaria a 21,08 milhões de famílias (depósito médio de R$ 118,82 por mês), e o Mais Educação contemplaria 11,39 milhões (depósito médio de R$ 97,42). Os públicos dos três pilares podem se sobrepor.

Um dos eixos da proposta é a criação de um benefício de renda mínima. Em vez de pagar valores fixos por família ou por indivíduo, o programa calcularia o repasse conforme a composição do domicílio e a distância entre a renda dos moradores e um patamar mínimo de proteção.

Hoje, o Bolsa Família garante um piso de R$ 691 por família, com adicionais conforme o perfil dos integrantes. Já o BPC paga um salário mínimo mensal

a idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência de baixa renda.

Segundo o estudo, o modelo gera distorções. Como o BPC paga um valor alto e fixo, duas famílias com vulnerabilidade parecida podem ter com rendas muito desiguais se apenas uma delas tiver acesso ao benefício. E as simulações mostram que, mesmo com um cadastramento perfeito, as regras atuais ainda deixariam 2,8% da população na extrema pobreza.

Já no Promob, o Bolsa Família, o BPC e o Auxílio-Inclusão seriam unificados em uma fórmula que considera as necessidades de cada integrante da família. Os valores de referência utilizados pelos autores são de R$ 1.540 para idosos e pessoas com deficiência, R$ 420 para crianças de até seis anos e R$ 280 para os demais integrantes, em valores de 2025. Eles seriam corrigidos anualmente pelo INPC, sem ganho real automático.

Para estimular o emprego, o cálculo diferencia a origem dos recursos. Cada R$ 1 obtido com o trabalho reduz o benefício em R$ 0,80, garantindo que a renda total da família sempre suba. Já rendimentos de aposentadorias e pensões são descontados R$ 1 para R$ 1. Caso a família saia do programa e volte a enfrentar queda de renda, terá prioridade para retornar.

O segundo eixo é a criação da Poupança Seguro Família (PSF), que substituiria benefícios como o Abono Salarial, o Seguro-Defeso e o Salário-Família. O objetivo seria ampliar a cobertura para trabalhadores informais e autônomos.

Hoje, esses programas atendem públicos específicos, como pescadores artesanais no período de defeso ou trabalhadores formais de baixa renda, e deixa muitos informais descobertos, como é o caso dos motoristas de aplicativos. O estudo aponta que tentativas anteriores de incluir o informal na previdência falharam. No caso do Microempreendedor Individual (MEI), 80% dos inscritos estão entre os 50% mais ricos do país e a inadimplência chega a 42%.

No novo desenho, o governo depositaria todo mês o equivalente a 30% da renda do trabalho declarada em uma conta individual, com recursos aplicados em títulos do Tesouro Nacional. O saldo poderia ser sacado em caso de perda inesperada de rendimento, período de defeso, calamidades ou falecimento de familiar. Se o trabalhador não precisasse usar o dinheiro por cinco anos seguidos, poderia resgatar o valor acumulado.

Com isso, o modelo tenta proteger quem vive de bicos ou tem renda variável, além de estimular a declaração dos ganhos no Cadastro Único (CadÚnico), já que os ganhos informados passariam a render.

- Com as transformações do mundo do trabalho, os trabalhadores transitam entre bicos, CLT, MEI e aplicativos. A proteção tem que ser neutra em relação ao tipo de contrato, olhando para a faixa de renda e oferecendo liquidez imediata em uma perda de ganho - avalia Fernando Veloso.

Na educação, os autores partem do argumento de que transferências de renda aliviam a pobreza imediata, mas têm efeito limitado para garantir mobilidade social entre gerações. Para eles, hoje, o Pé-de-Meia libera parte do dinheiro como saque imediato e começa tarde demais.

Como grande parte da evasão escolar ocorre na passagem do ensino fundamental para o médio, o jovem chega a essa etapa sem uma poupança acumulada que o desestimule a abandonar os estudos. Por isso, a ideia seria uma poupança iniciada já no primeiro ano do ensino fundamental.

Estudantes de famílias atendidas pelos outros dois pilares receberiam depósitos mensais de R$ 65. Ao final do ensino médio, o valor acumulado poderia chegar a R$ 13.170, em valores presentes, com saque condicionado à conclusão dos estudos até os 21 anos.

- A percepção de perda é muito mais forte. Quando o jovem chega ao primeiro ano do ensino médio, faz muita diferença olhar e pensar se eu não entrar, perco R$ 10 mil que já estão na minha poupança , em vez de se eu entrar, vou ganhar um valor por mês para ficar - diz Mendes.

O programa também preveria bolsas e mentorias para alunos de alto desempenho em olimpíadas científicas e exames nacionais. O Gás do Povo, que hoje libera vale-recarga de botijão de gás, seria extinto como programa independente, e seus recursos seriam redistribuídos entre os três novos pilares.

Como o valor do novo benefício depende da composição familiar, o estudo sugere uma redistribuição dos recursos. Famílias maiores ou com maior déficit de renda passariam a receber mais, enquanto núcleos pequenos, que hoje recebem o piso fixo do Bolsa Família, teriam redução após o período de transição.

Numa simulação, uma família de quatro pessoas (dois adultos com renda do trabalho de R$ 100 e dois filhos de 10 anos) que hoje recebe R$ 700 do Bolsa Família passaria a receber R$ 1.070 no Promob (R$ 1.040 em dinheiro e R$ 30 na poupança), saindo da extrema pobreza.

Já uma pessoa que mora sozinha e não tem renda, veria o benefício cair de R$ 600 para R$ 280, valor ainda acima da linha de extrema pobreza utilizada no estudo. Já numa família de duas pessoas formada por um beneficiário do BPC e um adulto que ganha R$ 500, o pagamento hoje de R$ 1.518 daria lugar a R$ 1.420 em dinheiro mais R$ 150 na poupança, totalizando R$ 1.570. Seria uma queda de 6% no dinheiro imediato, mas alta de 3% na proteção total.

Para evitar perdas imediatas a quem já está no sistema, o estudo propõe uma transição de cinco anos. A partir do início do pagamento da renda mínima e da poupança, novos pedidos nos programas antigos seriam encerrados, mas os atuais beneficiários poderiam permanecer nas regras anteriores.

Durante a transição, os valores do Bolsa Família, Gás do Povo, Abono Salarial e Salário-Família seriam congelados em termos nominais, enquanto BPC e Auxílio-Inclusão teriam correção anual pelo INPC. No primeiro dia útil do quinto ano após a aprovação da lei, os programas antigos seriam revogados.

Mas só mudar as fórmulas de pagamento não basta, segundo os pesquisadores, que também sugerem uma melhoria da busca ativa e a qualidade dos registros. Eles apontam que a qualidade dos dados do CadÚnico piorou entre 2019 e 2025.

A criação de um piso mínimo por família, em 2021, e o aumento do valor do benefício incentivaram o que eles chamam de fracionamento , quando integrantes de uma mesma casa se declaram como famílias separadas para multiplicar o valor recebido. A fatia de famílias unipessoais no Bolsa Família saltou de 15% no fim de 2021 para 27% em 2022. Mesmo com os pentes-finos feitos pelo governo, permanece em torno de 20% desde 2023.

Para fechar essas brechas, o estudo propõe universalizar o registro básico do CadÚnico com um endereço nacional georreferenciado cruzando dados de CPF, domicílio, registros de escolas e em postos de saúde. Outra ideia é permitir atualizações digitais de renda para informais e usar dados do futuro cashback da **reforma tributária** para checar compatibilidade de consumo.

Questionados se pretendem apresentar o projeto ao presidente Lula ou à equipe econômica, os pesquisadores informaram que o CDPP já iniciou conversas para repassar o estudo a integrantes do governo.

- A nossa intenção é apresentar o estudo para que a sociedade discuta e conheça essa falsa dicotomia entre melhorar a qualidade das políticas sociais e aumentar o gasto. Você pode melhorar muito o resultado sem elevar a despesa - diz Mendes.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/11/13/reforma-de-programas-sociais-pode-erradicar-a-extrema-pobreza-no-brasil-sugere-estudo.ghtml

Para os produtores, juro alto demanda gestão mais eficiente

Lideranças ainda têm dúvidas sobre **reforma tributária**, o que prejudica o planejamento financeiro

As elevadas taxas de juros, a carga tributária, a falta de mão de obra e deficiências na educação estão no centro das preocupações do agronegócio em Goiás. Foi o que apontaram produtores rurais, empresários do setor, especialistas e lideranças do setor do Estado, durante o evento Vozes do Agro, realizado pela Globo Rural e o Valor Econômico, ontem, em Goiânia.

Produtores e executivos de agroindústrias destacaram os juros altos como o principal problema do setor. Entre as alternativas para o empresário lidar com o custo elevado de capital, defenderam decisões como venda de ativos, alongamento de dívidas e conversão de crédito para o dólar, reduzindo a exposição a variações cambiais.

Diante do endividamento em alta, os participantes destacaram a importância de uma boa gestão dos negócios, olhando para os custos de produção, governança e identificação de oportunidades.

Eles disseram também que a busca pela autossuficiência financeira passa por políticas públicas compatíveis com a atividade produtiva. É preciso, por exemplo, dar condições de o produtor organizar melhor o seu fluxo de caixa para evitar descasamentos entre receitas e despesas ao longo do ano, defenderam.

As mudanças no sistema de **impostos** com a **reforma tributária** ainda geram dúvidas no agro. Essas incertezas, inclusive, prejudicam o planejamento financeiro de diversos segmentos, ressaltaram as lideranças em Goiás.

Também ganhou destaque nos debates a situação atual de falta de mão de obra no campo, especialmente na pecuária. Os participantes disseram que é preciso valorizar o trabalhador com boa remuneração para incentivar a permanência nas fazendas.

Por outro lado, alertaram para um possível aumento de custos com a mudança da jornada de trabalho, com o fim da escala 6x1. A avaliação é a de que não há tempo suficiente de adaptação às regras aprovadas no Congresso e sancionadas pelo Executivo.

A geopolítica foi outro assunto em discussão. Integrantes de uma das mesas destacaram que a guerra no Oriente Médio elevou os preços do petróleo e, consequentemente, de derivados, como o diesel. Lembraram que o governo vem subsidiando os preços de combustíveis, mas pontuaram que a situação limita a trajetória de queda dos juros no Brasil.

Debatedores de outra mesa ressaltaram que a cadeia produtiva da soja responde por praticamente metade das exportações do agronegócio de Goiás. Mas observaram que o principal comprador, a China, planeja reduzir a sua dependência do grão importado nos próximos anos.

Essa perspectiva demanda buscar novos mercados e procurar oportunidades para agregar valor à produção. Uma das opções é valorizar os biocombustíveis, por meio do incentivo ao uso de etanol e biodiesel, ressaltaram.

O avanço tecnológico, que ganhou mais um capítulo com a inteligência artificial, aumentou a quantidade de informações à disposição, conforme observaram os debatedores. No entanto, eles ressaltaram que esses dados precisam chegar de forma correta e serem acessíveis, tornando, assim, mais eficiente a tomada de decisões.

Os participantes destacaram ainda que a evolução da tecnologia deve vir acompanhada pelo desenvolvimento das pessoas. E enfatizaram a demanda por melhorias na educação e nas escolas rurais, além da inclusão de disciplinas sobre o setor nos currículos.

Os debatedores também destacaram a importância de incentivar a agricultura regenerativa a buscar certificações para a produção. Chamaram a atenção ainda para altos custos com a logística e questões ambientais. E defenderam uma comunicação do agro para além da "bolha" do setor.

Projeção para Black Friday não entusiasma, diz CNC

As vendas do comércio relacionadas à Black Friday devem subir 1,8% neste ano, ante 2025, e movimentar R$ 11,5 bilhões, segundo projeção da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

No entanto, o aumento projetado, longe de sinalizar otimismo, deve ser encarado com cautela, de acordo com a entidade. Isso porque a variação caso confirmada, seria em torno de metade da expansão observada em 2025: 3,2%.

Custos elevados do comércio esse ano limitam crescimento em vendas relacionadas à data, informou a confederação, em **comunicado** sobre o tema.

"Apesar de o varejo projetar o que pode ser o maior faturamento na data em mais de uma década, o ambiente de negócios atual impede que esse volume se reverta plenamente em novos investimentos e vagas de emprego formal", disse o presidente do Sistema CNC-SescSenac, José Roberto Tadros, em informe sobre a pesquisa. "A CNC tem alertado para o risco de mudanças abruptas na legislação, que trazem forte insegurança jurídica para o setor", disse ainda.

Entre mudanças citadas pela entidade, estão a nova **reforma tributária** e o fim de escala 6x1 - que afeta escalas de trabalho do varejo.

O mapeamento realizado pela entidade leva em conta monitoramento de preços diários de 150 itens de 30 categorias, comumente vendidas na Black Friday ao longo de 40 dias. Desse total, em torno de 70% dos grupos de produtos já apresentam tendência de redução prévia de preços, segundo levantamento da entidade, devido à semana de descontos.

Na Black Friday desse ano, 60% das vendas relacionadas à data serão de itens de segmentos eletroeletrônicos e de utilidades domésticas, movimentando R$ 4,70 bilhões; e de móveis e eletrodomésticos, totalizando R$ 2,28 bilhões.

Outros setores que devem se destacar no período são hiper e supermercados, com projeção de R$ 2,04 bilhões em vendas; e de vestuário e acessórios, com estimativa de R$ 1,47 bilhão, em transações.

A CNC pesquisou ainda quais itens devem passar por maior ritmo de desconto na Black Friday. Em primeiro lugar está segmento de maquiagem, cujos produtos devem ficar 4,99% mais baratos, seguidos por wearables (aparelhos eletrônicos compactos), com projeção de ficarem 4,27% mais baratos; notebooks (-3,68% mais baratos); e smartphones (-3,66%).

Em contrapartida, a confederação detectou que alguns produtos podem ficar com preços mais elevados, na data: casos de eletrodomésticos (11,91% mais caros), fones de ouvido (10,56%) e televisores (5,38%).

A organização lembrou que a adesão de segmentos do varejo promovendo descontos relacionadas à Black Friday ocorreu de forma gradual, desde 2010.

Inflação tem alívio, mas mantém pressão com câmbio e El Niño

"Tenho dificuldade de falar em desinflação porque há pressões importantes, como a desvalorização do câmbio" Fabio Romão

A taxa de **inflação** de outubro (0,14%) veio abaixo do esperado pelo mercado e trouxe certo alívio para o indicador no agregado dos últimos 12 meses. Apesar de celebrarem as surpresas baixistas do mês, economistas consultados pelo Valor alertam para pressões inflacionárias que ainda devem vir neste fim de ano e em 2027.

"Tenho dificuldade de falar que há um processo de desinflação, porque há pressões importantes em andamento, como a desvalorização do câmbio", afirma Fabio Romão, economista da 4intelligence. "Veja a alta de alimentação no domicílio, que tem a ver com o El Niño, que ainda vai se intensificar. Vamos ter altas importantes em alimentação até o primeiro trimestre de 2027. É inescapável essa pressão de alimentos", afirma.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou para 0,14% em outubro, após forte alta de 0,82% em setembro, conforme divulgou o IBGE nesta quintafeira (12). O indicador ficou abaixo do 0,25% esperado pelo mercado, de acordo com a projeção do Valor Data com base na mediana de 29 estimativas de instituições financeiras e consultorias.

A maior pressão veio do grupo Alimentação e Bebidas (alta de 1,04%), com impacto de 0,22 ponto no resultado cheio. Essa alta foi compensada pelas deflações em Habitação e Transportes, que recuaram 0,51% e 0,59%, respectivamente. "Juntos, esses dois grupos retiraram 0,20 p.p do índice cheio, praticamente neutralizando a alta de Alimentação e Bebidas", aponta André Valério, economista-sênior do Banco Inter.

"A alta em alimentos foi influenciada pela aceleração na alimentação no domicílio, com altas de tomate, cebola, arroz e carnes pressionando o indicador", diz. Em Transportes, a queda reflete o comportamento do item de passagens aéreas, que recuou 9,21% e de combustíveis, que saiu de uma alta de 1,41% em setembro para uma deflação de 0,31% em outubro.

Habitação, por sua vez, recuou devido ao comportamento da energia elétrica residencial, que saiu de 7,98% em setembro para 1,92% em outubro, refletindo a bandeira tarifária verde. Com o resultado, o índice acumula alta de 4,63% em 12 meses, acima dos 4,58% observados em setembro.

"O aspecto qualitativo do resultado também foi positivo. A média dos núcleos desacelerou de 0,36% em setembro para 0,22% em outubro, retomando à tendência observada entre junho e agosto, indicando que a aceleração observada em setembro possa ter sido pontual. A alta de 0,22% para o núcleo foi o menor valor observado para um mês de outubro desde 1998", afirma Valério.

Segundo ele, o único aspecto negativo veio da difusão, indicador que mede o tamanho do processo inflacionário, e que acelerou de 55% para 61%. "Entretanto, é um patamar historicamente tranquilo para a economia brasileira", diz.

A avaliação é corroborada por Romão, que destaca que, afora os preços administrados, a maior surpresa veio da **inflação** dos preços livres, que inclui eletrodomésticos e equipamentos, passagem aérea e automóveis novos e usados e vestuário.

Segundo o gerente do IBGE Fernando Gonçalves, responsável pelo índice, mesmo em novembro a Black Friday não deve impactar o IPCA. "Em geral, [as promoções] são mais em itens e ramos específicos, como eletrônicos e vestuário. Mas vai ser uma coisa pontual, não aparece muito no cálculo do índice, em que a coleta é feita ao longo de um mês."

De maneira geral, o economista do Santander Adriano Valladão avalia que a **inflação** de outubro trouxe o indicador de volta à tendência de desaceleração e estabilização observada desde a segunda metade do primeiro semestre e que se interrompeu em setembro.

"De maio a agosto, vimos sinais de desaceleração da **inflação** corrente e tivemos esse pico em setembro, bem mais forte. Ficou a dúvida se setembro veio pior por um fator pontual, ou se tínhamos uma tendência de aceleração. Outubro volta a **inflação** para a acomodação, em linha com o que vimos antes e melhor do que esperávamos", afirma.

Valadão avalia que a tendência é que, até o fim do ano, a **inflação** siga desacelerando, ainda que mais

alta em dezembro, o que é sazonal. Ainda assim, o economista alerta para pressões inflacionárias a partir de 2027.

"O que a gente tem visto de riscos altistas são parecidos com o que o Banco Central descreveu na última ata, como câmbio, aumento do custo unitário do trabalho, possíveis efeitos de repasses da **reforma tributária** e efeitos do El Niño. São os quatro choques que o BC descreve. Boa parte desses efeitos vai começar a valer na virada do ano", diz.

Frente a essas incertezas, o economista do Santander avalia que fez sentido o Banco Central ter suspendido o ciclo de afrouxamento monetário, mantendo a taxa Selic em 13,75%, para observar os próximos rumos da economia dentro e fora do país.

A avaliação é corroborada por Valério, que alerta para o aumento da incerteza após as eleições e os diversos choques de oferta que podem se materializar em 2027. Em sua visão, a Selic deve continuar em 13,75% até uma melhor definição do cenário, especialmente em relação à política fiscal.

"O pacote anunciado pelo governo é um início, mas ainda insuficiente para destravar novos cortes. Entretanto, o resultado de hoje reforça que, com a ajuda da política fiscal, o Copom poderia estar em um ciclo de cortes da Selic mais intenso do que observávamos", afirma o economista.

Romão também acredita que a autoridade monetária deve se manter cautelosa. "O choque de petróleo, por causa da guerra, pode fazer preço ainda, e ele já encareceu fertilizante e frete. Não é um jogo ganho, pelo contrário. O BC foi prudente nessa paralisação", diz. Em sua opinião, haveria espaço para retorno do ciclo de afrouxamento apenas no segundo semestre do ano que vem.

AJUSTE MIRA NAS EMPRESAS - Mais da metade da alta em receita do pacote fiscal virá do setor produtivo: R$ 37,8 bi

BERNARDO LIMA, GLAUCE CAVALCANTI E MAYRA CASTRO economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

O projeto de lei complementar que reúne as medidas de ajuste fiscal aprovado ontem no Senado prevê efeito positivo de R$ 45 bilhões a R$ 56 bilhões nas contas públicas em 2027. Mais da metade - ou até 70% desse impacto-, entre R$ 32,3 bilhões e R$ 37,8 bilhões, estão concentrados em propostas que aumentam a arrecadação vinda das empresas, segundo estimativas da Consultoria de Orçamentos do Senado. No centro desse pacote fiscal está a intenção de limitar o uso de créditos tributários pelas companhias para abater **impostos** devidos à União, obrigando os contribuintes a desembolsar mais recursos para quitar **tributos**, consequentemente, aumentando a arrecadação. Não é a primeira vez que o governo tenta limitar de forma ampla as compensações tributárias. Em 2024, fez iniciativa nesse sentido, mas não teve apoio no Congresso.

A proposta agora, que inclui ainda dobrar a redução de benefícios tributários adotada neste ano para 20%, desencadeou uma onda de protestos e críticasvindasdosetorprodutivo. A leitura é a de que o projeto terá efeito direto no caixa das empresas, já pressionado pela taxa de juros elevada, patamar recorde de processos de recuperação judicial, além de adequações a mudanças trazidas pela **Reforma Tributária** e o fim da escala 6x1.

Pelos cálculos da Consultoria de Orçamentos do Senado, a limitação no uso de créditos tributários pelas empresas seria equivalente ao valor previsto em bloqueio das despesas orçamentárias, podendo variar entre R$ 12,8 bilhões e R$ 18,3 bilhões.

Em nota, a Abrasca, que reúne companhias abertas, classificou a restrição ao uso de créditos tributários pelas empresas no pagamento de **tributos** como "empréstimo compulsório disfarçado, transferindo ao setor produtivo o custo financeiro das necessidades de caixa do governo".

Para o advogado tributarista Eduardo Lustosa, ter a maior fatia do aumento de receitas baseada em mais arrecadação vinda das empresas preocupa:

-Em vez de cortar "na carne", parece mais fácil cortar pelo contribuinte. É abordagem artificial porque a dívida com o crédito permanece. A empresa é credora do governo. Funciona, sim, como empréstimo compulsório.

EFEITO NO LUCRO PRESUMIDO

Esse entendimento é compartilhado por Hermano Barbosa, sócio Tributário do BMA Advogados, que alerta para os desdobramentos da medida:

- O texto obriga o contribuinte a queimar caixa para pagar **tributos**, enquanto já tinha moeda própria para fazer isso. Crédito não é dádiva - diz. -Isso impacta a liquidez das companhias, num cenário de crédito caríssimo, Selic sem perspectiva de redução, gerando incerteza no curto, médioelongoprazos,alémde insegurança jurídica.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) pediu a retirada da trava às compensaalíquota ções. Para Mário Sérgio Telles, diretor de Desenvolvimento Industrial da entidade, a medida atingiria exportadores e produtores de itens da cesta básica e poderia abalar a confiança na **Reforma Tributária**.

- Aumenta a receita no primeiro momento, porque não permite a compensação. Mas o governo vai continuar devendo esse dinheiro para as empresas -diz Telles.

Gilberto Alvarenga, consultor da Confederação Nacional do Comércio (CNC), diz que a trava pode levar empresas a tomar empréstimos e que a alta na tributação pelo regime do lucro presumido pesaria mais sobre atacadistas e varejistas com margens estreitas:

- Essa proposta parte de premissa equivocada ao tratar o lucro presumido como se fosse benefício fiscal.

A redução de 10% de benefícios tributários, o que traria

R$ 15 bilhões em receita ao governo em 2027, tem com um dos alvos empresas que optam pelo regime

tributário do lucro presumido. É o caso das médias, que faturam até R$ 78 milhões ao ano.

Aideia,agora,éelevaramargemdelucropresumidousada no cálculo da base sobre a qual o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem.

Uma redução de 10% nesses benefícios entrou em vigor este ano. Barbosa, do BMA, explica que a medida se soma a outras pressões sobre o contribuinte desse regime. Já houve o primeiro aumento da carga, a tributação de dividendos, além do esperado efeito da implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), criada pela **Reforma Tributária** e que substituirá PIS e Cofins a partir de 2027, com a subindo de 3,65% para previsão de 11,3%, diz.

O Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) apontou risco ao uso de créditos tributários de PIS e Cofins detidos pelas empresasapartirdoanoquevem. Já a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) alertou que as medidas podem resultar em queda de investimentos do setor produtivo, enquanto a Fiesp, que reúne a indústria paulista, criticou a possibilidade de redirecionamento de recursos voltados para ciência e inovação a outras despesas. A Firjan criticou a falta de debate com a sociedade e disse que "ajuste fiscal de verdade se faz com corte de gastos, e não com mais peso sobre o setor produtivo".

"CHEQUE EM BRANCO"

Tributaristas alertam para o risco de que a aprovação do projetoresulteem"chequeem branco" para o Executivo fazer a regulamentação do pacote em seus próprios termos:

-Fica um cheque em branco nas mãos do governo, do Poder Executivo, que, de acordo com a meta de despesas, vai poder, por ato próprio, limitar ovolumedecréditodisponível para os contribuintes.

Do lado das despesas, a ampliação do contingenciamento para o centro da meta de resultado primário deve gerar economia de R$ 12,8 bilhões a R$ 18,3 bilhões em 2027.

O projeto inclui medidas para abrir espaço adicional paracustearpromessasdeLula na campanha, como a ampliação do programa Pé-deMeia e o reajuste do Bolsa Família. Nesse caso, as ações não devem representar impacto fiscal, pois os recursos serão remanejados para financiar outras despesas.

Estão na lista o adiamento de R$ 3 bilhões por ano dos repasses da Lei Kandir a estados e municípios e a aprovação de projeto de limitação dos supersalários, com economia estimada em R$ 3 bilhões ao ano.

O texto amplia medidas de contenção de despesas aprovadas este ano. Torna permanentes, até 2030, regras que limitam o crescimento de gastos vinculados por lei ao teto do arcabouço fiscal e retira as receitas da venda de petróleo da União do cálculo de despesas atreladas à receita corrente líquida. O impacto só virá no Orçamento de 2028.

Duas medidas que aumentam a carga tributária

Créditos tributários: São uma devolução de valores às empresas, como a restituição do IR das pessoas físicas após a declaração anual, mas, em vez de devolver em dinheiro, o governo dá um crédito, que a empresa usa ao pagar **tributos**. A proposta é restringir o uso de créditos, o que reduzirá o valor abatido no pagamento de **tributos**; na prática, as firmas pagarão mais **impostos**.

Lucro presumido: No regime, para empresas que faturam de R$ 4,8 milhões a R$ 78 milhões por ano, IRPJ e CSLL são recolhidos sobre um lucro estimado, calculado como um percentualdareceita.Aproposta volta a elevar esse percentual, como já feito a partir deste ano, o que aumenta o pagamento dos **tributos**.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Conta de luz alivia, e IPCA sobe 0,14% em outubro

ANA CLARA VELOSO ana.veloso@extra.inf.com.br

Apesar da desaceleração maior do que a esperada, alta de alimentos ganha força e **inflação** segue acima do teto da meta

A **inflação** desacelerou em outubro, ainda que a alta dos preços de alimentos tenha ganhado ritmo. O IPCA, índice oficial calculado pelo IBGE, subiu 0,14% no mês passado, ante 0,82% em setembro. No acumula doem 12 meses, a variação atingiu 4,63%, acima do teto da meta perseguida pelo Banco Central (BC), que é de 3,0%, com margem de tolerância de 1,5 ponto.

-A **inflação** foi puxada para baixo pela energia elétrica, passagem aérea e gasolina. A energia elétrica fico umais barata com abandeira verde. A passagem aérea, por dinâmica de oferta e procura do mercado mesmo. E a gasolina ainda está favorecida pelos subsídios em vigor do governo federal, desonerando **impostos** para que os conflitos do Oriente Médio não impactemo consumidor final brasileiro-explicou Fernando Gonçalves, gerente de Índices de Preços ao Consumidor do IBGE.

O alívio na conta de luz já era esperado, masa desaceleração foi ainda mais forte do que estimavam analistas. Antes da divulgação, as projeções apontavam para uma alta de 0,25% no IPCA de outubro, segundo pesquisa do jornal Valor. A alta de 0,14% ficou abaixo até mesmo da menor estimativa, de 0,16%.

Entre os grupos investigados pelo IBGE, o que teve o maior alívio foi o Habitação, que passoude alta de 2,31% em setembro par aqueda de 0,51%, por causada conta de luz. Em outubro,a tarifa elétrica teve bandeira verde, ou seja, sem cobrança adicional por causado acionamento de usinas termelétricas-em setembro, vigorou abandeira amarela, com cobrança extra. Na média nacional, a conta de luz ficou 1,92% mais barata em outubro. O grupo Transportes também perdeu fôlego e teve retração de 0,59% no mês passado, com preços mais baixos das passagens aéreas (-9,21%), da gasolina (-0,56%) e do gás natural veicular (-0,46%).

Na contramão, o grupo Alimentos e bebidas passou de uma alta de 0,83% em setembro para avanço de 1,04%.

-Agente destaca a saltas de tomate e cebola, por questões de clima -disse Gonçalves. - Além disso, o diesel mais caro, por causa de conflitos no Oriente Médio, influencia desde o custo de operação das máquinas de plantio e colheita até o frete do campo até a mesa do consumidor.

O tomate subiu 19,57% em outubro, acumulando 89,76% noa no. Acebola, com 11,29% de alta, acumula 80,10% no ano. Arroz e carnes também ficaram mais caras no último mês.

Para Matheus Dias, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FundaçãoGe tu lio Vargas(FGVIbre),c om essa dinâmica, é improvável que o IPCA chegue ao fim do ano dentro da meta. Para isso, novembro e dezembro precisariam acumular até 0,39% de alta, variação baixa para o padrão desses meses. E, além do aumento sazonal dosa limentos, os preços de serviços podem começara acelerar, caso as empresas antecipem repasses de custos de mão de obra elevados por causa do fim da escala 6x1, completou Dias.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Dimon vê inflação persistente nos EUA e relativiza mudança no Congresso

"A maioria dos economistas prevê que a **inflação** volte a 2% no próximo ano. Eu apostaria muito dinheiro que isso não vai acontecer" "Numa visão geral, tanto Democratas quanto Republicanos parecem gastar muito. Nenhum tem muito controle"

A **inflação** nos Estados Unidos pode demorar mais a ceder do que o mercado espera, e o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) talvez tenha de voltar a elevar os juros para preservar sua credibilidade, avalia Jamie Dimon, o longevo chairman e CEO global do J.P. Morgan. Em São Paulo para um encontro reservado com clientes nesta semana, ele falou com exclusividade ao Valor.

"Há muitas forças inflacionárias à nossa frente. Déficits enormes, remilitarização, restrição de imigração, reestruturação do comércio. Todas essas são tendências inflacionárias", diz Dimon, que está há 21 anos à frente do banco. "A **inflação** pode não desaparecer da maneira que as pessoas esperam. A maioria dos economistas prevê que ela volte a 2% no próximo ano. Eu apostaria muito dinheiro que isso não vai acontecer."

Os preços ao consumidor nos Estados Unidos continuam subindo e a **inflação** permanece acima de 3% há cinco anos, destaca, mas depois de ter atingido 9%. Nesse cenário, Dimon considera possível que o Fed tenha de elevar os juros novamente [ele não se refere especificamente à reunião dezembro], apesar da pressão do presidente Donald Trump por cortes. "Nunca houve um presidente que dissesse que gostaria de juros mais altos. Mas, se a **inflação** não cair, o Fed terá de aumentar as taxas por uma questão de credibilidade."

Nesse contexto, Dimon considera que continua sendo um risco o rendimento do título do Tesouro americano de 10 anos, que hoje ronda 5%, bater os 6% - algo que não acontece há 26 anos. Um rendimento maior nos Estados Unidos tende a gerar impacto para o fluxo de capital para emergentes, como o Brasil.

Para o CEO, a mudança no Congresso americano após as eleições de meio de mandato vai ter pouco efeito sobre esse contexto econômico, do ponto de vista da **inflação**. "Numa visão geral, tanto democratas quanto republicanos parecem gastar muito. Nenhum parece ter muito controle", diz Dimon.

Ele faz uma ponderação, no entanto, sobre a leitura geral de mercado a respeito da chamada "onda azul" [a vitória democrata com maioria na Câmara e no Senado]. "Os especialistas dizem que foi a combinação de Irã, **inflação** e ICE [o Serviço de Imigração e Alfândega dos EUA], e as pessoas foram bem claras: não gostaram. Mas não se deve interpretar incorretamente: os democratas, na verdade, emplacaram muitos centristas. Não foi uma tomada de poder pela extrema esquerda. A imprensa escreveu muito sobre os Socialistas Democráticos, mas pouquíssimos foram eleitos para o Congresso."

Dimon pondera que os Republicanos ainda têm dois anos na Casa Branca, o que significa veto em alguns temas e mais tempo para articulações de Trump. "Ele ainda detém uma ampla autoridade sobre tarifas. E espero que isso possa levar à conclusão dos acordos com o México e o Canadá", afirma.

O banqueiro avalia que devem ser encaminhadas reformas que ajudem na produtividade e crescimento, incluindo mudanças na política de imigração. "Tenho esperança, e o presidente Trump mencionou isso outro dia, em uma reforma real de imigração. Um caminho para a cidadania para pessoas trabalhadoras, sem documentação, que pagam **impostos**, bem como para empreendedores. Isso favorece o crescimento e é deflacionário", diz. "Precisamos de mais trabalhadores sazonais; agricultores e pecuaristas estão sob grande pressão. Isso é possível? Espero sinceramente que sim. Já tentaram muitas vezes. Seria muito bom."

Em sua avaliação, a reorganização da economia americana também passa pelo ciclo de investimentos em inteligência artificial (IA). Os aportes de "hyperscalers" e empresas relacionadas à infraestrutura de tecnologia cresceram rapidamente e podem chegar a cifras elevadas nos próximos anos. Ele mencionou estimativas de US$ 750 bilhões em investimentos neste ano e US$ 1,1 trilhão no próximo, considerando também parte da infraestrutura associada.

"Em determinado momento, pode ser tão grande quanto o déficit do governo dos Estados Unidos. Gastos de capital são positivos quando geram produtividade. Mas, no curto prazo, também podem

gerar muita **inflação**, afinal, estamos falando de estradas, aço, equipamentos, construções, madeira e mão de obra, todos os recursos necessários para erguer usinas de energia e data centers", diz.

Ele considera que a IA pode trazer diversos benefícios para a humanidade no longo prazo, como eliminação de atuais doenças, mais segurança, medicamentos melhores, estradas mais seguras, uma agricultura mais eficiente e soluções para emissões de CO2. "Por outro lado, tornou o risco cibernético muito mais grave. Há uma preocupação crescente, e muitas pessoas não estão preparadas para isso. Na verdade, temo até por aqueles que estão preparados."

No banco, são milhares de profissionais atuando na área cibernética. "Pense em cada aplicação, cada interface com o público, cada uso interno, além das ameaças internas. Tudo precisa ser segmentado, controlado, rastreado, monitorado e bloqueado, e existem centenas de ferramentas para realizar essas tarefas", diz. "O que acontece é que novas ferramentas cibernéticas como o Mythos [modelo da Anthropic] e agentes autônomos podem buscar de forma persistente qualquer vulnerabilidade, onde quer que ela esteja. E, somado a isso, temos atores estatais, ameaças internas, hackers ou simplesmente indivíduos raivosos."

Para ele, os governos podem até estabelecer diretrizes para segurança cibernética, mas o trabalho pesado deve ser realizado pelas empresas. Este é um dos riscos que o mercado, países e empresas tendem a subestimar, mas não é o principal deles. "O maior deles é uma situação geopolítica extremamente complexa, cujo desfecho é difícil de prever. Basta observar o que está acontecendo na Ucrânia, na Rússia e no Irã - aliás, eu gostaria que tivéssemos dado mais apoio à Ucrânia. Há também a questão de como isso afeta nossa relação e nosso comércio com a China", diz Dimon. "Outro ponto são os déficits globais e a **inflação** associada a eles, que pode ser persistente, e pode levar a taxas de juros mais elevadas. E não tenho certeza se as pessoas estão preparadas para taxas de juros mais altas, para spreads de crédito maiores ou para qualquer tipo de desaceleração econômica."

Ainda sobre as relações com a China, o americano não vê grande mudança em um Congresso de maioria democrata, talvez até pela relativização da "onda azul". "Acho que democratas e republicanos provavelmente compartilham uma visão semelhante em relação à China, considerando-a um possível adversário. A relação precisa ser conduzida com muito cuidado. Espera-se que seja amigável, mas com bastante cautela. E creio que o Congresso está unido nesse ponto", diz.

Apesar de citar o crédito privado, o banqueiro não considera que há uma ameaça sistêmica, mas avalia que, de maneira geral, pode ter havido uma flexibilização nos critérios de concessão que elevaram riscos. Mesmo no J.P. Morgan houve uma revisão para aumentar o rigor em certas categorias de crédito, segundo o chefe do banco.

"Não há nada de errado com o crédito privado em si. Nos Estados Unidos, ele movimenta cerca de US$ 2 trilhões, um volume comparável ao mercado de títulos high yield e ao mercado de empréstimos bancários sindicalizados. Já a dívida grau de investimento soma US$ 30 trilhões, portanto, não creio que o crédito privado represente um problema sistêmico", compara o banqueiro. "Mas, no fim das contas, o crédito, de modo geral, está um tanto esticado na categoria de alto rendimento. E, na minha visão, quando o ciclo de crédito virar, ficará evidente que nem todos fizeram um bom trabalho na gestão de seus riscos."

IPCA desacelera para 0,14% em outubro

» RAFAELA GONÇALVES »PEDRO JOSÉ BORGES

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da **inflação**, registrou alta de 0,14% em outubro, uma desaceleração em relação a setembro, quando a variação foi de 0,82%. Apesar do resultado menor no mês, o índice acumula alta de 4,10% em 2026 e de 4,63% nos últimos 12 meses, acima do teto de 4,5% da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os nove grupos pesquisados, transportes e habitação registraram deflação de 0,59% e 0,51%, respectivamente. Na direção oposta, alimentação e bebidas apresentou a maior alta, de 1,04%, e exerceu o maior impacto sobre o índice, com contribuição de 0,22 ponto percentual.

A energia elétrica residencial foi o subitem que mais contribuiu para conter a **inflação**, com impacto

negativo de 0,08 ponto percentual. O preço passou de uma alta de 7,98% em setembro para uma queda de 1,92% em outubro. A redução refletiu a mudança da bandeira tarifária amarela para a verde, que retirou a cobrança adicional na conta de luz.

A taxa de água e esgoto também contribuiu para o resultado negativo, influenciada pela aplicação de um desconto de 25% na tarifa mínima em Curitiba.

No grupo transportes, a principal influência veio das passagens aéreas, que recuaram 9,21% em outubro, após alta de 9,66% no mês anterior. Os combustíveis também passaram a registrar queda, de 0,31%, depois de avançarem 1,41% em setembro. A gasolina teve redução média de 0,56%, enquanto o gás veicular recuou 0,46%. Já o óleo diesel e o etanol apresentaram altas de 1,66% e 1,02%, respectivamente.

Para o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Piscitelli, o resultado mensal foi positivo, mas o acumulado em 12 meses continua sendo o principal

indicador para avaliar o cumprimento da meta de **inflação**.

Piscitelli também destaca que o resultado ocorre em meio a questionamentos sobre a viabilidade da meta estabelecida para o ano. "O acompanhamento destes dados ganha importância no momento em que se questiona a meta inflacionária do exercício, tida por irrealista ou

inviável por economistas que argumentam que, historicamente, a atual meta foi atingida apenas duas vezes, nas últimas décadas", explica.

O economista relacionou a discussão à política monetária e ao debate fiscal no Congresso Nacional. Para ele, a discussão se torna mais acirrada, porque envolve outra questão, relacionada à taxa de

juros (Selic), que, segundo ele, po-deria cair se a meta for atingida. "E toda essa polêmica se dá com a apreciação pelo Congresso, dos novos parâmetros que devem nortear o novo arcabouço fiscal e o orçamento de 2027" acrescentou.Mes-mo com a queda, Vitor Kayo, economista senior da Nomad acredita que o resultado isolado não muda a

decisão de dezembro sobre a queda dos juros. "O mais provável é a Se-lic parada em 13,75%. O Copom interrompeu os cortes em novembro porque as expectativas de **inflação** pioraram e seguem acima da meta em todos os prazos. A ata reforçou esse diagnóstico e não deu pista dos próximos passos", afirma.

Apesar da desaceleração ge-ral,os alimentos pressionaram a **inflação** no período. A alimentação no domicílio acelerou de 0,96% em setembro para 1,31% em outubro. Entre os produtos que mais encareceram estão o tomate (19,57%), a cebola (11,29%), o arroz (4,81%) e as carnes (2,27%). Na direção oposta, a cenoura recuou 9,72%, a batata-inglesa caiu 2,95% e o café moído, 1,03%.

Segundo Fernando Gonçalves, gerente do IPCA, a desaceleração da **inflação** refletiu a redução nos preços de itens importantes do orçamento das famílias, como gasolina e energia elétrica. Já a pressão dos alimentos foi influenciada por fatores climáticos e pelo aumento dos custos de produção e transporte. "Questões climáticas, como chuvas em excesso, comprometem a oferta de alguns produtos, assim como o preço mais alto do diesel pressiona a cadeia produtiva, impactando o valor dos produtos para o consumidor final" explicou.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobrazilien

se/2026/11/13/all.pdf

IPCA desacelera e fica em 0,14% em outubro, abaixo de previsões

PAULA MARTINI RIO COLABORARAM DANIEL TOZZI E LETÍCIA CORREIA

Em 12 meses, índice vai a 4,63%, acima do teto da meta (4,5%); preço da energia puxou queda no mês, mostra o IBGE

A **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou para 0,14% em outubro, após subir 0,82% em setembro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ficou abaixo do piso das estimativas coletadas pelo Projeções Broadcast, que iam de 0,18% a 0,40%, com mediana de 0,25%.

A **inflação** acumulada no ano chegou a 4,1%. Em 12 meses, o IPCA acelerou para 4,63% em outubro, acima do teto de 4,5% da meta perseguida pelo Banco Central (BC). É o segundo mês consecutivo em que o indicador ultrapassa esse limite e a quarta vez em 2026. A taxa ficou acima do teto em setembro, quando atingiu 4,58%, em junho (4,64%) e em maio (4,72%). O resultado em 12 meses ficou abaixo da mediana das projeções do mercado, de 4,74%.

A desaceleração de outubro foi influenciada principalmente pela queda da energia elétrica residencial, que passou de uma alta de 7,98% em setembro para um recuo de 1,92% em outubro. A mudança da bandeira tarifária amarela para a verde eliminou a cobrança adicional na conta de luz e teve impacto negativo de 0,08 ponto porcentual no índice geral.

PRESSÃO. Os transportes também registraram deflação, de 0,59%, a maior queda para outubro desde o início do Plano Real. O resultado foi influenciado pela redução de 9,21% nas passagens aéreas e de 0,31% nos combustíveis. A gasolina caiu 0,56%, com impacto negativo de 0,03 ponto porcentual no IPCA.

Na direção oposta, o grupo de alimentação e bebidas teve a maior alta entre os grupos pesquisados, de 1,04%, e o maior impacto positivo no IPCA, de 0,22 ponto porcentual. A alimentação no domicílio acelerou de 0,96% em setembro para 1,31% em outubro, com aumentos nos preços do tomate (19,57%), da cebola (11,29%), do arroz (4,81%) e das carnes (2,27%).

O IBGE atribuiu a pressão dos alimentos a fatores climáticos e ao aumento dos custos de transporte. "Questões climáticas comprometem a oferta de alguns produtos, assim como o preço mais alto do diesel", afirmou o gerente do IPCA, Fernando Gonçalves. Segundo ele, o IPCA teria registrado deflação de 0,11% em outubro sem a pressão dos alimentos.

Para que a **inflação** encerre 2026 dentro do teto de 4,5%, a soma das variações do IPCA de novembro e dezembro terá de ficar em, no máximo, 0,39%, segundo cálculo apresentado pelo gerente da pesquisa.

A economista Basiliki Litvac, da XP, considerou a composição do índice favorável, especialmente em bens industriais, serviços e média dos núcleos. Ainda assim, vê riscos de novas pressões inflacionárias decorrentes da depreciação do real, da alimentação no domicílio e do acúmulo de choques de oferta. "A depreciação do real, os riscos altistas para os preços da alimentação no domicílio e o acúmulo de choques de oferta apontam para uma nova rodada de pressão à frente", escreveu.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

"MEDIDAS FISCAIS PODEM, EM 2027, CONTINGENCIAR AO MENOS R$ 13 BI"

Bruno Moretti/ MINISTRO DO PLANEJAMENTO FABIO GRANER -

Titular da pasta diz que projeto apresentado pelo governo ajuda o Banco Central a reduzir juros adiante. Ele pondera que o pacote se divide igualmente entre ações voltadas para receitas e despesas

O ministro do Planejamento, Bruno Moretti, disse ao GLOBO que o projeto de lei complementar em discussão no Congresso busca reforçar e acelerar o ajuste fiscal programado pelo governo para o próximo mandato, dividindo o ônus desse processo com diferentes agentes econômicos. A lógica, argumenta, é aplicar uma combinação de contingenciamento de despesas, redução de benefícios tributários e limitação de compensações tributárias, além de buscar maior flexibilidade na gestão do Orçamento. Veja trechos da entrevista.

O projeto tem mudanças complexas em regras orçamentárias. Por que foi adotado esse modelo?

Hoje, dado ode verde execução(do Orçamento), precisamos fazer contingenciamento para ficar no limite inferior (da meta fiscal). Por outro lado, precisamos acelerar o processo de consolidação para dar o sinal fiscal correto, mexer nas expectativas e isso ajudar no próprio processo da política monetária. A primeira coisa é que estou criando um piso de contingenciamento. A racionalidade e co nômicaé:t inha um diagnóstico de que precisa desacelerara despesa. Então, vamos começar pela despesa. Tendo quefazer qualquer contingenciamento par achegar no limite inferior, na prática, é preciso fazer um contingenciamento de R $12,8 bilhões.

A proposta prevê limitar compensações tributárias. Isso não pode repercutir negativamente na atividade econômica?

Não. P oris soque estamos fazendo ametade(do ajuste na despesa e outra metade na receita). O maior efeito multiplicador da economia é dado nas transferências monetárias par apolíticas o cia leinvestimento.Éum equilibrado, literalmente, meio ameio entre despesa ere ceita.Éo melhor cenário. Já vimos que não deu certo um ajuste só pelo lado da despesa. Coma regra muito rígida, virou quebra da regra e "des financiamento" de políticas cruciais, como ade saúde. A racionalidade é um de receita e despesa, induzindo o gestor fiscal a entregara aceleração do processo de consolidação fiscal. E fizemos outro mecanismo em que, se você fizer um esforço adicional do tamanho necessário par achegar ao centro da meta, você pode abrir um montante equivalente a esse esforço adicional no ano seguinte em investimento (fora do limite de gastos).

Esse prêmio de investimento foi uma forma de convencer o presidente Lula?

É um mecanismo moderno, indutivo. O projeto torna mais rígidas as regras, mas é indutivo para que você se aproxime do centro da meta (de primário) e faz isso de forma equilibrada, distribuindo o custo do processo de consolidação fiscal entre agentes mais diversos, inclusive aqueles com mais capacidade contributiva.

O senhor não teme uma inquietação do mercado? A despesa total tem crescido mais de 5% real, bem acima do limite de gastos?

Não, porque isso tem que ser feito dentro da meta. Estou entregando uma desaceleração da despesa.

Mas está colocando mais uma despesa fora do teto...

Desde quetenh ame lhorasign ifi cativado quadro fiscal, porque sós e fará isso se o centro da meta foi alcançado. Primeiro, você entrega o resultado, suas contas estão não só no azul como no centro da meta. Depois ganha um prêmio, sem altera rameta do exercício seguinte. O projeto distribuiu o custo da aceleração da consolidação fiscal entre políticas públicas e os contribuintes que detêm crédito tributário, que têm mais poder aquisitivo. O padeiro da esquina não tem crédito tributário, são as grandes empresas. Só quando reduzo a despesa para abaixo de 2% équep osso ativara compensação. Ogestord apolítica fiscal está desacelerando a despes apara poderl imitara compensação tri butá ria.Éo mecanismo básico par afazeres se contingenciamento adicional, quem e xenos cenários de mercado sobre a evolução do saldo primário, estou aumentando a base contingenciável. Se posso fazer limitações de despesas obrigatórias com controle de fluxo, é razoável fazer limitação do crédito tributário.

Em quanto vais e aumentara base contingenciável?

É razoável a conta de R$ 20 bilhões(deaumento)sobreabase atual de cerca de R$ 150 bilhões. Ou seja, pelo menos uns R$ 30 bilhões, R$ 40 bilhões a mais de base contingenciável.

Não adianta falar de contingenciamento potencialmente maior sem base para aplicá-lo. Para acelerara consolidação, você agrega um corte linear de gastos tributados, em 10%. Não estou extinguindo esses benefícios. A conta é que isso vai arrecadar R$ 15 bilhões. Outrac oi saim portanteéa prorrogação dos gatilhos, com alógica d eque oqueé extraordinário em função de arrecadação de óleo não deve contar para custear despesa que em essência é obrigatória e de caráter continuado. O sinal mais relevante é que, para 2027, o cenário base é de um superávit primário, conforme agentes e comprometeu. Por isso não tem estelionato eleitoral.

Por que não fizeram regra mais simples, reduzindo o limite de crescimento das despesas?

Porque entendemos que é fundamental manter apolítica de valorização do salário mínimo. Precisa ter os instrumentos, isso é central para desacelerar o crescimento da despesa, também precisava fazer um mix com medidas de receita que afetem especialmente o andar decima e tínhamos quefazer isso equilibrando a questão fiscal coma questão dos direitos e política de valorização do salário mínimo.

Reduzir o crescimento do limite de despesas seria um estelionato eleitoral?

Colidiria com o programa do presidente Lula de manter a política atual de valorização do salário mínimo. Portanto, tivemos uma equação, segundo a qual agente aponta para desaceleração do crescimento da despesa, para melhoria do processo do resultado primário, para a aceleração do processo de consolidação fiscal e, ao mesmo tempo, diz: as escolhas alocativas serão tais que não afetarão o crescimento das despesas de saúde, que ano que vem estão crescendo cerca de R$ 20 bilhões, despesas de educação, programas como o Pé-de-Meia e apolítica de valorização do salário mínimo.

Por que vocês propõem a retirada de R$ 10,5 bilhões de despesas com combustíveis fora das regras fiscais?

No diálogo com o Congresso, chegou-se à seguinte conclusão: como a receita administrada pode sofrer queda, fruto do ciclo econômico, talvez isso leve a um contingenciamento adicional. O que se discutiu foi uma autorização para agente entender qualé o tamanho dessa queda. Se não tivéssemos feito essa política (de combustíveis), o diesel estaria em R $10, R $11, afetando muito apolítica monetária, conforme aconteceu em vários países. E isso nós pagaríamos em resultado nominal (receitas menos despesas, incluindo juros). O que não parece razoável é um choque de preço retirando a subvenção de uma vez por todas. Isso não vamos fazer. Vamos protegera população, proteger os caminhoneiros. Esse dispositivo é para dar garantia de que a subvenção ficaria até o fim do ano. Isso está sendo feito em processo que garante ajuste relevante nas contas. A partir de 2028, os gatilhos que estamos dando perenidade, vão reduzir o limite de despesas.

A quais gatilhos se refere?

Ode retirara receita ex trado petróleo e o que limita as vinculações ao arcabouço. A partir de 2028, eles reduzem o limite de gastos. Isso significa R $10 bilhões amenos no teto, oque já joga automaticamente para uma taxa perto de 2% de novo, independentemente de ativar o contingenciamento extraordinário ou não.

Será suficiente para o mercado mudar apostura?

Domes mojei toque precisamos dialogar com abancada do governo, precisamos dialogar com o mercado e explicar. É um modelo que acelera o processo de consolidação fiscal, aumenta a confiança de que vamos entregar o percurso fiscal projetado na LDO, de fazer um superávit primário de 1,5% do **PIB** ao fim do quarto mandato, preservando direitos, políticas sociais.

O BC vai entregar queda de juros com essas medidas?

Os juros têm um cenário complexo,não só coma questão fiscal. Mas agentes abeque um componente importanteéa expectativa, e estamos dando um sinal fiscal relevante de compromisso coma trajetória fiscal. Isso ajuda na política monetária.

Lula vai sustentar política mais contida em quadro de desaceleração da economia?

Você vai levar no ano que vem um contingenciamento de ao menos R$ 13 bilhões, e os cenários de mercado já precisam internalizar essa melhoria do resultado primário. Ao fazê-lo, isso tem efeitos, entre eles, o de auxiliar de novo apolítica monetária.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Inflação na Argentina cresce 2,2% em outubro, na maior alta em 6 meses

A **inflação** mensal na Argentina voltou a superar os 2% em outubro e atingiu seu maior patamar em seis meses, refletindo as dificuldades do governo do presidente Javier Milei para ampliar o ritmo da desaceleração dos preços.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) teve uma alta mensal de 2,2% em outubro, acelerando 0,3 pontos percentuais em comparação com setembro, quando o indicador registrou um aumento de 1,9%, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec)

"O número mostra que ainda há muita inércia inflacionária", diz Kevin Sijniensky, analista econômico da consultoria Econviews. "Os alimentos também registraram altas, pelo menos na região da Grande Buenos Aires, próximas de 2%. Ou seja, estamos vendo uma **inflação** que resiste a cair muito abaixo de 2%".

Em 12 meses, os preços acumularam alta de 33,1 %, abaixo dos 33,4% registrados no período encerrado em setembro. No acumulado dos primeiros 10 meses de 2026, a **inflação** chegou a 26,3% .

O resultado mensal ficou acima das projeções das principais consultorias econômicas do país, que estimavam uma **inflação** entre 1,8% e 2,1%. A Pesquisa de Expectativas do Mercado (REM, na sigla em espanhol), divulgada pelo Banco Central argentino, também previa uma desaceleração moderada, para 1,8% em outubro.

A aceleração dos preços foi impulsionada principalmente pelo grupo habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, que registrou alta de 4,2%, em decorrência do aumento do gás, segundo relatório do Indec. A segunda maior variação foi observada em recreação e cultura, com avanço de 3,3%.

Após a publicação dos dados, o ministro da Economia argentino, Luis Caputo, atribuiu a alta à mudança no Regime de Zonas Frias, que reduziu o alcance dos subsídios ao consumo de gás em regiões de baixas temperaturas, sobre o setor imobiliário. Segundo ele, a alteração teve impacto nos preços do grupo habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis.

Para Juan Pablo Ronderos, sócio da consultoria MAP, o resultado de outubro não é interpretado como uma mudança de tendência no processo de desinflação, embora ele evidencie as dificuldades para manter uma desaceleração contínua. Isso porque a **inflação** núcleo, que reflete melhor a tendência de fundo, desacelerou de 1,7% em setembro para 1,5% em outubro, indicando que a aceleração do índice geral ficou concentrada nos componentes sazonais e regulados.

"À medida que a **inflação** atinge níveis mais baixos, as variações dos preços sazonais e regulados podem provocar oscilações no índice mensal, fazendo com que o processo de desinflação não siga uma trajetória linear", completa.

Ainda assim, a persistência das pressões sobre os preços representa um desafio para Milei antes das eleições do próximo ano. Seu governo tem recorrido ao câmbio como instrumento para conter os preços, o que prejudica o crédito e o crescimento econômico, além de levantar dúvidas sobre por quanto tempo será possível priorizar a desinflação sem provocar danos adicionais à atividade, segundo especialistas.

A economia argentina contraiu no segundo trimestre, e os economistas consultados pelo Banco Central no mês passado projetam uma nova retração no terceiro trimestre, o que colocaria o país em uma recessão técnica. Para a **inflação**, o REM projeta altas de 1,7% em novembro e 1,8% em dezembro. Para o fechamento de 2026, a projeção é de **inflação** acumulada de 30,4%.

"Para os próximos meses, estimamos que o processo de desinflação continuará, embora em ritmo moderado", afirma o analista da consultoria Orlando J. Ferrerés Asociados, Nicolás Alonzo.

Segundo Sijniensky, a expectativa é que a **inflação** acumule cerca de 25% em 2027, com resultados possivelmente mais favoráveis no primeiro semestre. Já na segunda metade do ano, a incerteza em torno das eleições deverá começar a exercer alguma pressão sobre os preços.

BTG tem resultado recorde, com impulso de crédito e gestão

O BTG Pactual registrou lucro líquido ajustado de R$ 5,327 bilhões no terceiro trimestre, crescimento de 17% em relação ao mesmo período do ano passado. A receita total chegou a R$ 10,812 bilhões, alta anual de 13,8%, impulsionada pela expansão das operações de crédito e dos negócios de gestão de recursos e patrimônio. Segundo o BTG, os resultados são recordes.

O banco anunciou ainda um novo programa de recompra de até R$ 2 bilhões de suas units, com prazo de execução de 18 meses. A medida se dá após uma queda expressiva das units do BTG na bolsa, em meio ao estresse generalizado e à forte aversão a risco no período pós-eleitoral. Entre 20 de outubro e 11 de novembro, os papéis recuaram 31,5%, passando de R$ 81,71 para R$ 55,95.

A expansão das operações de crédito ocorreu no vácuo deixado pela piora do mercado de emissões de dívida neste ano. A área de empréstimos a empresas teve receita recorde de R$ 2,766 bilhões, crescimento de 28,4% frente ao terceiro trimestre de 2025 e de 10,7% sobre o segundo trimestre deste ano. A carteira de crédito chegou a R$ 301,9 bilhões, expansão anual de 22,3% e trimestral de 4,7%.

Em contrapartida, a área de banco de investimentos teve receita de R$ 412,2 milhões, queda de 35,9% na comparação anual e de 2,1% frente ao segundo trimestre. As operações de emissão de títulos de dívida continuaram sendo a principal fonte de receita da área, embora o número de transações tenha diminuído de 24 no segundo trimestre para 20 no terceiro. Na comparação anual, a redução foi mais acentuada: o BTG havia participado de 52 operações de dívida no terceiro trimestre de 2025.

A carteira de pequenas e médias empresas, que havia recuado no segundo trimestre, voltou a crescer e alcançou R$ 33,5 bilhões, alta trimestral de 25,9%. Em teleconferência sobre os resultados, Roberto Sallouti, CEO do BTG Pactual, afirmou ver espaço para manter o ritmo de expansão da carteira de crédito a empresas em 2027, mesmo diante da perspectiva de estagnação da economia brasileira.

Segundo ele, o banco trabalha com um cenário-base de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) entre zero e 0,5% no próximo ano, **inflação** acima do teto da meta e Selic estável. Mas, afirmou, há possibilidade até de juros superiores aos atuais. "Se o cenário for aquele sobre o qual parecemos estar mais ou menos de acordo, haverá menos concorrência do mercado de capitais", afirmou.

No mercado de ações, a expectativa de retomada das ofertas iniciais de ações (IPOs) em 2027 perdeu força após o recuo da bolsa brasileira, que devolveu parte dos ganhos registrados entre o primeiro e o segundo turno das eleições, segundo Renato Cohn, diretor financeiro do BTG. Em entrevista, ele disse que ainda é possível que empresas façam suas estreias no mercado acionário no próximo ano, mas o número de operações deverá ser menor que o esperado anteriormente.

Cohn afirmou que a valorização da bolsa em outubro havia animado empresas que se preparavam para abrir capital. Com o retorno do mercado a patamares próximos aos de agosto e setembro, porém, parte delas pode voltar a adiar seus planos. "O mercado estava mais animado em outubro do que está agora para o ano de 2027, com potencial de uma safra grande de empresas vindo ao mercado. Acho que ainda é possível, mas provavelmente em um número bem menor", disse.

O banco informou ter concluído no trimestre a aquisição do HSBC Uruguai, ampliando sua presença na América Latina. Com a operação, os empréstimos concedidos fora do Brasil passaram a representar aproximadamente 25% da carteira de crédito corporativo O BTG também obteve autorização para operar como banco no Peru.

Na gestão de recursos de terceiros (Asset Management), a receita somou R$ 808,3 milhões, crescimento de 8,1% na comparação anual. A captação líquida chegou a R$ 27,9 bilhões no trimestre, levando o total de ativos sob gestão e administração a mais de R$ 1,4 trilhão, alta de 23% em 12 meses.

A área de gestão de patrimônio e serviços bancários para pessoas físicas (wealth management personal banking), por sua vez, teve receita recorde de R$ 1,571 bilhão, aumento de 15% em relação ao terceiro trimestre de 2025. O volume de recursos dos clientes alcançou R$ 1,38 trilhão, crescimento anual de 22%,

com captação líquida de R$ 30,2 bilhões.

Nos primeiros nove meses de 2026, o BTG acumulou lucro líquido ajustado de R$ 15,278 bilhões, alta de 26% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita total somou R$ 31,151 bilhões, crescimento de 20,4%, com retorno anualizado sobre o patrimônio de 26,9%.